

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 037

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE MAIO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

NELSON JUSTUS

1º Vice-Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

2º Vice-Presidente - PMDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUÍZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	<i>Chico Noroeste</i>

Representação Partidária

PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 032ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
04 DE MAIO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Anibal Khury (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 772

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um aditamento até o dia 10 do corrente mês, da licença para tratar de assuntos particulares, inclusive viagem ao exterior, sem ônus para este Poder Legislativo, aprovada no dia 20 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, ampliação de poderes da Comissão Especial já constituída, que acompanha a venda do Banco Del Paraná, para acompanhar igualmente todo o processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná (BANESTADO), em nome deste Poder.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 781

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antenor Moisés Previdelli, aos 54 anos de idade, ocorrido no dia 25.12.98, no Município de Santa Isabel do Ivaí-PR.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Faleceu aos 54 anos de idade, em Santa Isabel do Ivaí-PR, onde em 1966 fixou sua residência durante 33 anos, dedicou-se ao comércio, no ramo de confecções, cultivou amigos e constituiu sua belíssima família.

Casado com a Senhora Marlene Vissotto Previ-delli, deixou quatro filhos: Dr. Antenor Moisés Previdelli, Ortodontista, residente em Curitiba; Dr. Adriano Vissotto Previdelli, Advogado, residente em Campinas-SP; Dr. Andrey Vissotto Previdelli, Advogado, residente em Campinas-SP e Alex Vitor Previdelli, Estudante de Educação Física da UEM - Maringá-PR e atleta de Handboll.

Foi um patriarca exemplar, tendo uma vida dedicada ao trabalho e à família.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Antenor Moisés Previdelli, enviando votos de profundo pesar para a Sra. Marlene Vissotto Previdelli, residente à Rua José Bonifácio, nº 151, Santa Isabel do Ivaí-PR, CEP: 87.910-000.

REQUERIMENTO Nº 783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa de Leis, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antonio Dall'Bem, ocorrido no dia de hoje, 04 de maio de 1999, na Cidade de Brasilândia do Sul.

Requer ainda que, seja oficiado à família enlutada na pessoa de Jandira Dall'Bem, viúva, no endereço: (Rua José Cardoso da Silva, s/nº, Brasilândia do Sul-PR, CEP: 85595-000).

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Antonio Dall'Bem, um pioneiro que se vai e Brasilândia do Sul fica de luto, com a população triste e chorando a sua morte.

Um homem de valor, que deixa saudade eterna pelo exemplo que era em vida. Firme, decidido e brava gente, que há mais de 30 anos ajudou a desbravar uma terra desconhecida, com participação ativa e importante na transformação, crescimento e desenvolvimento de Brasilândia do Sul.

A Assembléia Legislativa do Paraná, se associa ao luto e a dor da família, lamentando o ocorrido e transmitindo as condolências para esposa, filhos, parentes e ao grande círculo de amigos.

REQUERIMENTO Nº 794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa de Leis, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Augustinho Zago, ocorrido em 27 de abril de 1999, na Cidade de Palotina.

Requer ainda, seja oficiado à família enlutada na pessoa da viúva Valquíria Zago, o teor deste requerimento: (Rua Bento Gonçalves, 1060, Palotina-PR, CEP: 85950-000).

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Augustinho Zago, um pioneiro que se vai e Palotina fica de luto, com a população triste e chorando a sua morte.

Um homem de valor, esforçado, corajoso, respeitado e admirado pela sua capacidade de trabalho, modo de ser, de sentir e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo.

A Assembléia Legislativa se associa à dor da família enlutada e da população de Palotina, apresentando suas condolências.

REQUERIMENTO Nº 765

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao Município de Uraí, através de seu Exmo. Prefeito Susumo Itimura, bem como através dos nobres Edis da Câmara Municipal daquela municipalidade, em face da comemoração do 63º aniversário daquele pujante município, no próximo dia 05 de maio.

Requer, ainda, seja dado ciência ao Senhor Susumo Itimura, Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores daquela localidade.

O nome "Uraí" é de origem Tupi, representando denominação de planta do qual se extrai o "curare", veneno de alto poder e ação direta no sangue. Constitui homenagem da colônia japonesa, ao tempo de Pirianito, aos primeiros habitantes da região, os povos indígenas.

A primeira denominação do núcleo foi Colônia Pirianito, com estratégica localização na região fisiográfica do norte paranaense.

A dedicação e o trabalho dos imigrantes japoneses, aliada à fertilidade do solo, permitiram que a Colônia crescesse e se transformasse em distrito administrativo, com território pertencente ao Município de Assaí, porém com denominação alterada para Uraí.

Pela Lei Estadual 02, de 10 de outubro de 1947, foi criado o Município de Uraí, com território desmembrado de Assaí. A instalação oficial ocorreu em 04 de novembro de 1947, sendo primeiro prefeito municipal o Sr. João Ribeiro Júnior, que era médico estabelecido em Uraí desde os tempos de Pirianito.

A cultura cafeeira deu estabilidade ao município, seguido do algodão.

Uraí pertence à Microrregião 06 (AMUNOP), possuindo 199, 109 Km² e está localizada a 413 Km da Capital do Estado.

É terra de gente que trabalha com afinco e merece o reconhecimento desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 777

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Pedro e Daise Habovski, que completa nesta data, dia 27/04, 25 anos de união conjugal, celebrando "Bodas de Prata". Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também das divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 778

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje votos de congratulações ao Exmo. Cônsul Abdo Abbage e ao Ilmo. Sr. Elias Abdallah, Presidente em exercício do Clube Sírio Libanês do Paraná, pelos 53 anos da independência da Síria, ocorrido no dia 17 de abril do corrente.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

No dia 17.04.1946, deu-se a independência da Síria.

Após a II Guerra Mundial, a Síria esteve sobre o domínio da França. Depois de serem travadas muitas lutas e movimentos políticos a Síria finalmente conseguiu sua independência.

Em 1971 houve a tomada do poder pelo partido Baath, passando por um período de muita turbulência política, saindo desse período o país passou a atravessar até o momento por calmarias com o Presidente que é o grande líder Ahafz El Assad.

A Síria começou a experimentar um grande progresso na agricultura, educação, transportes, comunicação, transformando-se atualmente em um dos maiores destaques dos países do Oriente.

O turismo está em expansão, avançando bastante num país de 7.000 anos, onde a cultura cívica vem sendo cantada em verso e prosa.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao Cônsul Abdul Abbage (Rua Marechal Floriano Peixoto, 5.221, Vila Hauer, CEP: 81610-000, Curitiba-PR). E ao Presidente em exercício do Clube Sírio Libanês, Senhor Elias Abdallah (Rua Padre Germano Mayer, 1.347, CEP: 80040-170, Curitiba-PR).

Sala das Sessões, em 03.05.99.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO Nº 780

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje votos de congratulações ao Exmo. Prefeito Municipal de Porto Rico, Paulo Prates Nogueira e ao Exmo. Presidente da Câmara Municipal, João Carlos de Freitas, pelo transcurso de seu 35º aniversário de emancipação do Município de Porto Rico, ocorrido em 21 de abril do corrente.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

O Município de Porto Rico comemorou seus 35 anos de emancipação política no dia 21 de abril do corrente.

A área que compreende o atual território municipal foi percorrida por espanhóis e bandeirantes paulistas no século XVI, em alguns de seus pontos mais acessíveis desde as barrancas do Rio Paraná até as margens do Paranapanema, nas longas travessias do sertão realizadas pelos ousados desbravadores.

Esta fase passou, e dada a sua localização geográfica estratégica a região viu passar no leito das águas caudalosa do Rio Paraná, até as margens do Paranapanema, muitas páginas de nossa história.

No início da década de cinquenta, no local que denominaram Porto Rico, instalara-se José Elviner, José Loreno de Lima e as famílias de Manoel Cardoso, Joaquim Campos e Joaquim Lopes. Estas pessoas vinham com a finalidade de desbravar a região a procura de terras agricultáveis.

Em 1953 Porto Rico foi elevado à categoria de Distrito Policial, com território pertencente ao Município de Paranavaí, todavia, com a criação do Município de Loanda em 1957, o Distrito passou a sua jurisdição.

Pela Lei nº 13, de 05 de julho de 1956, foi criado o Distrito Administrativo de Porto Rico, no Município de Loanda.

Pela Lei Estadual nº 4.738, de 05 de julho de 1963, sancionada pelo Governador Ney Aminthas de Barros Braga, foi criado o Município de Porto Rico, com o território desmembrado do Município de Loanda.

A instalação oficial deu-se no dia 21 de abril de 1964, sendo o primeiro prefeito municipal eleito, o Senhor Manoel Romão Neto.

A história política deste Município enche de orgulho os Portoriquenses e todo o povo do Paraná.

Contando com o apoio dos nobres Pares, REQUER seja expedida correspondência ao Prefeito Municipal, Exmo. Senhor Paulo Prates Nogueira e ao Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Senhor João Carlos de Freitas, Avenida João Carraro, 557, CEP: 87.950-000, Porto Rico-PR.

REQUERIMENTO Nº 762

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, Dr. Jaime Lerner, e ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, solicitando sejam reiniciadas as obras do Destacamento da Polícia Militar, localizado à R. Martha Berger no loteamento Rufatto, no Município de Coronel Vivida, ou informações sobre a data prevista para o reinício de tais obras.

A solicitação justifica-se por estar a aludida obra paralisada desde o mês de dezembro do ano passado.

Em anexo, xerox dos documentos enviados pela ACOMSOP às mesmas autoridades.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 766

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário da Secretaria de Estado da Saúde, a instalação de aparelhos de aferição de audição para os postos de saúde do distrito de São Francisco e nas localidades de Marco Três e São Judas Tadeu, no Município de São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de as ruas do referido distrito e das localidades do Município de São Pedro do Iguaçu não possuírem qualquer tipo de revestimento. Com o movimento constante de veículos, há muita poeira no ar, causando infecções nos ouvidos da população, principalmente nas crianças. Quando ocorre tal fato, os

munícipes são obrigados a se deslocarem até a sede municipal para realizar a aferição da audição. Diante disto, torna-se necessário dotar os referidos postos de saúde com um aparelho de aferição de audição.

REQUERIMENTO Nº 767

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário da Secretaria de Estado da Educação, definição para a celebração de um convênio entre o governo do Estado e o governo municipal de São Pedro do Iguaçu, para a construção de uma sala de aula no Colégio Estadual Mário José Zancanaro, no Distrito de São Judas Tadeu, no Município de São Pedro do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido ao fato de a estrutura física daquele complexo educacional não dispor de espaço físico suficiente para o número de estudantes matriculados. Este requerimento atende as reivindicações dos professores, servidores e alunos do referido colégio.

REQUERIMENTO Nº 768

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário da Secretaria de Estado da Segurança Pública, o deslocamento de um policial e de uma viatura da Polícia Militar para atender o movimento de entrada e saída dos alunos da Escola Municipal Coronel Durival de Brito e Silva, situada à R. Emílio Bertolini, nº 44, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem como objetivo minimizar a preocupação dos pais dos alunos da citada escola, face à mesma localizar-se em via expressa, onde o trânsito de automóveis é intenso, inclusive com excesso de velocidade, sendo que a sinalização de Trânsito existente no local não é respeitada, colocando em risco a vida dos estudantes. Solicitamos o deslocamento de uma viatura para patrulhar o local no horário compreendido entre às 07h15 e 11h30 e 13h00 e 17h30, respectivamente horários de entrada e saída de estudantes.

REQUERIMENTO Nº 769

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expedi-

ente desta Casa de Leis, à COPEL, reforçando a solicitação de instalação de luz na R. Projetada, Bairro Umbará, desta Capital.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A R. Projetada, localizada no Bairro Umbará, Conjunto Marupiaras I e II, não possui luz instalada, o que vem trazendo diversos problemas para os moradores locais.

Devido a esta situação, protocolamos processo de nº 4.000.338-0, junto à COPEL e solicitamos deste Poder Legislativo, o envio de expediente reforçando nossa solicitação.

REQUERIMENTO Nº 770

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente desta Casa de Leis, à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Secretaria de Estado do Governo, reforçando a solicitação de recuperação do trapiche e obras de infraestrutura da Ilha das Peças, no litoral paranaense.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Ilha das Peças, localizada no litoral paranaense encontra-se em difícil situação, devido à perda do trapiche que ficou assolado pela grande ressaca ocorrida recentemente no local.

Ainda, a falta de infraestrutura daquela localidade tem trazido muitos problemas para a população, conforme no exposto nos anexos.

Devido a esta situação, protocolamos processo de nº 4.000.339-8, junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e nº 4.000.340-1 junto à Secretaria de Estado do Governo, e solicitamos deste Poder Legislativo, o envio de expediente reforçando nossas solicitações.

REQUERIMENTO Nº 773

Senhor Presidente.

O Deputado que o subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria do Estado de Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, COMEC, no sentido de atender o pedido da Sra. Letícia Jurema Padilha, a qual pede que seja recolocado o ônibus da linha Vila Prado, Almirante Tamandaré, que fazia o horário das 19:50 horas e que está fazendo falta para os usuários. O próximo horário é das 20:30 horas, sendo um período muito longo em que eles tem que ficar no ponto e ainda

mais por ser no período noturno. Será um grande benefício para todos os usuários o atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 774

Senhor Presidente.

O Deputado que o subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do Sr. Osvaldo Antonio de Almeida, residente à R. Guilherme Grabowski nº 23, Jardim Vitória, Bairro Tangua, que pede que o caminhão de lixo passe regularmente nesta rua. Segundo ele, a cobrança da taxa de lixo vem na conta de água mensalmente, porém no dia que o caminhão tem que passar na referida rua, ele não passa, acumulando-se muito lixo nas residências. Muitas vezes o caminhão fica uma semana sem passar pelo local. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 338-2937.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 775

Senhor Presidente.

O Deputado que o subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da Sra. Ivete da Silva, residente à R. José Januário da Silva nº 19, Jardim Iracema, Osasco, que pede a implantação de anti-pó e limpeza das valetas da R. Adélio Correia. Nas duas ruas citadas passa linha de ônibus e a poeira é insuportável. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 761-2454.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 776

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua José Hauer - Bairro Boqueirão, devido a existência de "gangs" de meninos de ruas que atacam as pessoas. As crianças não estão podendo sair de suas casas sozinhas para irem à escola, uma vez que estão com medo de serem agredidas e assaltadas. A presença de policiais com

certeza afastará os maus elementos do local e maior segurança será proporcionada à população.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 784

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Tapira.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Vagner Batista de Souza, Prefeito Municipal (Rua Paranaguá, s/n), ao Vereador Silvio Travaglia, Presidente da Câmara Municipal (Rua Paranaguá, 518) CEP: 87830-000.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Rondon.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Augusto Mossambani, Prefeito Municipal de Rondon (Praça Mal. Rondon, 337), ao Vereador

Vereador Ailton Alfredo Valotto, Presidente da Câmara Municipal (Rua Grécia, 65) CEP: 87800-000.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de São Jorge do Patrocínio.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Claudio Aparecido Alves Palozi, Prefeito Municipal (Rua Mal. Cândido Rondon, 164), ao Vereador Raimundo Amancio Pimenta, Presidente da Câmara Municipal (Rua D. Manoel, s/n) CEP: 87555-000.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Cândido Manuel Martins de Oliveira, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a destinação de uma viatura policial, para a Polícia Civil do Município de Jussara.

A reivindicação em questão, objetiva oferecer ao município meios de realizar um trabalho com maior eficiência, no sentido de assegurar a ordem pública, garantindo conseqüentemente tranquilidade e segurança à população.

Para que os organismos vinculados à segurança pública possam contar com uma estrutura operacional à altura do porte da cidade e com capacidade para atender a demanda, torna-se imprescindível a liberação dessa viatura policial.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Pedro Cândido de Oliveira, Prefeito Municipal (Av. Napoleão M. da Silva, 28), ao Vereador

dor Valdecir Luiz Colombo, Presidente da Câmara Municipal (Av. Napoleão M. da Silva, 28) CEP: 87230-000.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rafael Dely, Mui Digno Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 30 (trinta) unidades de Casas Populares no Município de Engenheiro Beltrão, através do "Programa Vila Rural" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Dalpont, Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão (Rua Manoel Ribas, 160), ao Vereador José Martins de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal (Rua Manoel Ribas, 160) CEP: 87485-000.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rafael Dely, Mui Digno Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 40 (quarenta) unidades de Casas Populares no Município de Cidade Gaúcha, através do "Programa Vila Rural" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Gilberto Pedro Aita, Prefeito Municipal (Prefeitura Municipal de Cidade Gaúcha) CEP: 87820-000.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rafael Dely, Mui Digno Secretário Especial da Política Habitacional, solic-

itando a construção de 40 (quarenta) unidades de Casas Populares no Município de Perobal, através do "Programa Vila Rural" desenvolvido pela COHAPAR.

As residências pretendidas tem a finalidade de suprir parte da necessidade habitacional daquele município.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor José Evangelista de Albuquerque, Prefeito Municipal (Praça Curitiba, 1031), ao Vereador Sérgio José da Silva, Presidente da Câmara Municipal (Av. Paraná, 1148) CEP: 87538-000.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor Presidente da SANEPAR, Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, para que tome providências quanto à instalação de rede de esgoto no Jardim Esplanada, em Ponta Grossa.

Há mais de três anos a SANEPAR elaborou um projeto de instalação de rede de esgoto para o Jardim Esplanada, mas até o momento, os moradores daquele bairro não tiveram sua reivindicação atendida. Esta situação acarreta graves problemas à população, pois o esgoto é solto nas ruas e, em épocas de chuvas fortes e/ou continuadas, estas águas misturam-se com o esgoto, deixando a população exposta a vários riscos.

Ressalte-se que o tipo de solo dominante neste bairro, arenoso, requer com urgência a instalação desta benfeitoria, pois faz com que as fossas não resistam às chuvas fortes, rompendo-se e invadindo o lençol freático o que, sem dúvida, traz sérios riscos de contaminação para a população do Jardim Esplanada e imediações.

Assim, solicitamos à SANEPAR a imediata execução daquele projeto de instalação de rede de esgoto no Jardim Esplanada, de forma a garantir o bem estar e a saúde desta população.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 797

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário que seja oficiado o Governador do Estado do Paraná, Sr. Jaime lerner, para que interceda junto ao Governo Federal, através do Ministro dos Transportes, Sr. Eliseu Padilha, solicitando a liberação de recursos para o término da BR

153, Transbrasiliana, especialmente no trecho entre Ventania e Alto Amparo.

Para o grande número de caminhões, que carregam as safras da época, e que precisam utilizar a Transbrasiliana, torna-se praticamente impossível trafegar por ela, pois como as obras de construção estão paralisadas há meses, a situação desta estrada é de total degradação (como bem pode ser notado nas fotos em anexo). Esta situação oferece inúmeros riscos à integridade física dos caminhoneiros, sem contar os prejuízos, amargados também pelos produtores rurais, que não podem ter toda sua safra escoada.

Sendo assim, apelamos ao Governo Federal, por intermédio do Sr. Governador do Estado do Paraná, para que libere os recursos para que libere os recursos para a finalização da BR 153, Transbrasiliana, que é de fundamental importância para a economia da região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 798

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário junto à TELEPAR, através de seu Presidente, Sr. Henrique Neves, a instalação de rede telefônica, para posterior disposição de telefone público, no Jardim Quero Quero, em Ponta Grossa.

É indiscutível que, nos dias de hoje, o telefone, seja público ou privativo, é uma necessidade para todo cidadão e um instrumento fundamental para uma comunidade. Os moradores do Jardim Quero Quero, em Ponta Grossa, no entanto, não dispõem deste importante serviço, sofrendo com a falta de um telefone público, pois em casos de emergência médica ou policial, sem falar em outros, este moradores não tem como comunicar-se, ficando praticamente isolados.

Como o Jardim Quero Quero não possui sequer rede telefônica, solicitamos à TELEPAR que estude a possibilidade de sua instalação, assim como de um telefone público posteriormente.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 799

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor Presidente da SANEPAR, Sr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, para que tome providências quanto à instalação de rede de água tratada na área

de ocupação urbana no Jardim Gramado, em Cascavel.

É de conhecimento geral o que a falta de água tratada pode acarretar à saúde de uma população. No caso da ocupação urbana no Jardim Gramado, em Cascavel, as consequências são muito sérias, pois trata-se de uma população carente, que conta com grande número de crianças, muitas apresentando problemas de diarreia, vômitos, febre, anemia, além de deficientes físicos e idosos.

O acesso à água tratada é um direito de todo cidadão, pois é um bem de domínio público (Lei nº 9433, de 08/01/97) que lhe dá condições básicas de saúde. E lembramos o que expressa a Constituição Federal em seu Artigo 196: "a saúde é direito de todos e um dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Independente da situação legal de moradia, é dever do Estado garantir à população a água tratada e os meios que assegurem sua saúde.

Dessa forma, solicitamos à SANEPAR a instalação de rede de água tratada naquela ocupação, de forma a garantir o mínimo para a saúde desta população que já sofre muitas carências.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) PÉRICLES MELLO

REQUERIMENTO Nº 800

Senhor Presidente.

O Deputado que o subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja enviada correspondência ao Secretário de Estado do Governo, Excelentíssimo Sr. Doutor José Cid Campelo Filho, solicitando os Balanços da SANEPAR dos anos de 1996, 1997 e 1998, bem como informações dos investimentos e faturamentos na cidade de Maringá, em igual período.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Fernando Henrique Cardoso, DD. Presidente da República, e Waldeck Vieira Ornelas, DD. Ministro da Previdência e Assistência Social, encaminhando cópia de Moção subscrita pelos Vereadores dos Municípios de Cafelândia e Santa Helena, manifestando-se contrários à extinção dos Fundos Municipais de Previdência e o retorno ao regime do INSS.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

JUSTIFICATIVA:

O presente expediente tem por finalidade levar ao conhecimento da Presidência da República e do Ministério da Previdência e Assistência Social, as manifestações das Câmaras Municipais de Cafelândia e Santa Helena, contrárias à extinção dos Fundos Municipais de Previdência e o retorno ao regime do INSS.

Referidas moções trazem justificativas que as levaram a tomar essa decisão, e apresentam sugestões que se adotadas poderão fortalecer os Fundos de Previdências Municipais.

Vale salientar que a preocupação daquelas Casas de Leis, também é a dos demais municípios do Estado do Paraná, que ainda não tem conhecimento das reais vantagens ou desvantagens que essa medida acarretará a cada um.

Dessa forma, é preciso que um estudo mais aprofundado sobre essa questão seja realizado, evitando assim que as administrações municipais arquem com mais esse ônus, que certamente refletirá sobre as receitas municipais, prejudicando toda a sociedade.

REQUERIMENTO Nº 779

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Dr. Ademar Rodrigues Alves, MD. Presidente de ECOVIA, com cópia para o Exmo. Sr. Jaime Lerner, DD. Governador do Estado do Paraná, solicitando informações sobre a retirada dos vendedores de pinhão nas margens da Rodovia BR-277, que liga Curitiba à Paranaguá-PR.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Em atenção as inúmeras reclamações dos vendedores de pinhão da BR-277, tem o presente requerimento a finalidade de solicitar informações sobre a ordem de proibição da venda de pinhão nas margens da BR-277, que liga Curitiba à Paranaguá.

Diante do desemprego que assola o país, a proibição da vendas de pinhão, durante a safra de três meses, podendo levar várias famílias que vivem da venda na beira da rodovia, a perderem a sua única fonte de renda é aumentar ainda mais a miséria e a fome em nosso Estado.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao Presidente da ECOVIA, Ilmo. Dr. Ademar Rodrigues Alves, (Rua Carlos de Carvalho, nº 603, 11º Andar, Centro - CEP: 80430-180 - Curitiba-PR); e ao Governador

do Estado do Paraná, Exmo. Sr. Jaime Lerner, (Palácio Iguazu, 3º andar, Centro Cívico - CEP: 80530-909 - Curitiba-PR).

REQUERIMENTO Nº 782

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Dr. Ademar Rodrigues Alves, MD. Presidente da ECOVIA e ao Ilmo. Sr. Paulinho Dalmaz, MD. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando informações de como são feitas as pesagens dos caminhões na balança de São Luis do Purunã-PR.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Diante das inúmeras reclamações dos motoristas de caminhão truck, carreta e trimião, de que estão sendo lesados nas estradas do Paraná, principalmente na balança de São Luis do Purunã.

O peso bruto total do caminhão, esta em conformidade com as normas ditadas pelo DER - Departamento de Estradas de Rodagem, mas quando é feita a pesagem entre eixos, como está sendo feita a pesagem pela balança de São Luis do Purunã, dá uma diferença grande, causando grande prejuízo aos caminhoneiros.

Contando com o apoio dos nobres Pares, requer seja expedida correspondência ao Presidente da ECOVIA, Ilmo. Dr. Ademar Rodrigues Alves, (Rua Carlos de Carvalho, nº 603, 11º Andar, Centro - CEP: 80430-180 - Curitiba-PR); e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem, Ilmo. Sr. Paulinho Dalmaz (Avenida Iguazu, nº 420 - CEP: 80230-902 - Curitiba-PR).

REQUERIMENTO Nº 771

Senhor Presidente.

Os Deputados da Bancada do PDT, que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUEREM, após ouvido o Plenário, registro nos anais da Assembléia Legislativa do documento intitulado "Veredicto", emitido pelo Tribunal da Dívida Externa, com análises e conclusões sobre o endividamento e a dependência externa do Brasil, conforme justificativa a seguir.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(aa) EDGAR BUENO

LUIZ CARLOS ZUK

MOYSÉS LEÔNIDAS

JUSTIFICATIVA:

Integrado por conceituadas e representativas entidades da sociedade brasileira, o "Tribunal da Dívida Externa" reuniu-se nos dias 26 a 28 de abril no Rio de Janeiro e emitiu um consistente relatório

contendo análises e conclusões sobre o endividamento e a dependência externa do Brasil e de outros países subdesenvolvidos.

Como se não bastassem os desvios de recursos públicos praticados por autoridades governamentais, que a cada dia são acusadas e chamadas a depor em Comissões Parlamentares de Inquérito e nos Tribunais, o Tribunal da Dívida Externa chega à espantosa conclusão de que, apenas nos últimos 5 anos, a dívida brasileira pulou de US\$148 bilhões para US\$235 bilhões e, neste período, foram pagos cerca de US\$126 bilhões aos credores externos.

É por isso que não temos recursos para a educação e a saúde, para as empresas nacionais, a agricultura. Os estados e municípios têm que abrir mão de suas autonomias financeiras, para auxiliarem no socorro da especulação internacional. E, lamentavelmente, ainda vemos governantes subservientes e bajuladores, que não fazem outra coisa senão sustentar as receitas do Fundo Monetário Internacional, praticadas sem ressalvas pelas autoridades econômicas federais.

Estamos solicitando o registro do referido documento, intitulado "Veredicto", para que a classe política do Paraná, aqui representada pelas mais variadas correntes partidárias, e os veículos e profissionais de imprensa tomem conhecimento do seu inteiro teor, para que juntos possamos refletir quanto às corajosas e firmes manifestações contidas no relatório.

REQUERIMENTO Nº 791

SÚMULA:

Requerem a inserção nos Anais deste Poder, de matéria de autoria do Jornalista Antônio Carlos Lacerda, publicada à página 10 do Jornal "Gazeta do Povo", em sua edição de 16 de abril do corrente ano, cuja cópia anexa.

Senhor Presidente.

Os Deputados Luiz Accorsi e Hidekazu Takayama, no uso de suas atribuições regimentais, após aprovação do Plenário, REQUEREM o proposto na Súmula do presente documento.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(aa) LUIZ ACCORSI

HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 795

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, a transcrição nos anais desta Casa de Leis, de moção de apoio, feita pela Câmara Municipal de Santa Helena, anexo ao presente, que dispõe sobre a extinção de fundos de previdência e o retorno ao Regime do INSS, sem antes analisar a legalidade e constitucio-

nalidade das Leis Federais que assim determinam e, sem antes analisar as reais vantagens e desvantagens que isso acarretará aos municípios.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 216

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado a descentralizar as ações da Defensoria Pública, promovendo a orientação jurídica integral e gratuita em todas as instâncias conforme o previsto no Art. 5º, LXXXIV, da Constituição Federal e Artigo 127 e seu parágrafo único da Constituição Estadual.

Art. 2º - A descentralização de que trata o artigo 1º, será feita através da criação de Escritórios Regionais nas cidades Polos das Microrregiões em convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB do Paraná).

Parágrafo Único - Os recursos para a manutenção dos Escritórios e cumprimento das despesas com assistência jurídica virão de convênio Estado/Municípios, em percentuais que o Governo regulamentará por Decreto.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O artigo 5º LXXXIV, da Constituição Federal e o artigo 127, parágrafo único da Constituição Estadual, preconizam que o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos que comprovarem insuficiência de recursos para o pagamento de um advogado.

São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a impessoalidade e a independência na função.

Estes artigos já estão sendo cumpridos pelo Governo do Estado, através de convênio com a OAB-PR, no entanto, o Governo vem encontrando dificuldades na manutenção do referido convênio por falta de recursos.

A idéia básica deste Projeto é a de dividir as responsabilidades em três partes: Estado, Município e OAB-PR, interiorizando também o atendimento

gratuito através das subseções das cidades pólos das Microrregiões Administrativas, sendo que todo o processo será supervisionado pela OAB, seção do Paraná.

Sabendo que já existe uma estrutura toda pronta, em razão do convênio que existia entre OAB-PR/Estado, acredita este parlamentar que este projeto estará colaborando com as classes menos favorecidas pela sorte.

Assim justificado, pedimos a colaboração dos nobres Pares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 222/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Constantino Roberto Constantini Frack.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 04.05.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Constantino Roberto Constantini Frack, nasceu em Sam Juan - Argentina, em 19 de Setembro de 1945.

Reside hoje em Curitiba-Paraná, sua formação na Universidade Nacional de Cordoba - Argentina, Pós-Graduado em Cardiologia na Universidade Nacional de Cordoba e Pós-Graduado na Faculdade de Medicina - Universidade de São Paulo, foi Residente do Hospital de Clínicas, curso de aperfeiçoamento em Hemodinâmica na Faculdade de Medicina - Universidade de São Paulo.

Especialista em Cardiologia pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, 1979, Especialista em Hemodinâmica pelo Departamento de Hemodinâmica e pela Sociedade Brasileira de Cardiologia, 1987 e pelo Colégio Argentino de Hemodinâmica, 1988, Especialista e Pioneiro na Sineangiocoronariografia.

Atualmente é Chefe de Serviço de Hemodinâmica da Santa Casa de Misericórdia e do Hospital Nossa Senhora das Graças de Curitiba, Instrutor do método de Angioplastia Coronária no Brasil, tendo realizada a primeira em agosto de 1979.

Já realizou cerca de 50.000 (cinquenta mil) procedimentos de Cateterismo e cerca de 5.000 (cinco mil) Angioplastias Coronárias.

Sendo assim, verificamos que tem sido exemplo de dignidade na profissão que exerce, e é hoje um orgulho de todos aqueles que convivem em nosso Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 223/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Secretário de Estado da Fazenda autorizado a disciplinar, mediante Resolução, a reabertura ou manutenção dos Termos de Acordo de Parcelamento celebrados sob a égide da Lei nº 11.800, de 10 de julho de 1997.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.05.99.

(a) NEIVO BERALDIN

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na tarde de ontem acompanhávamos o Deputado Ribas Carli, quando ele explanava a respeito do Município de Guarapuava, dos benefícios que aquele município vinha recebendo ao longo do Governo Jaime Lerner, quando se dizia discriminado e na verdade não era. Fez uma intervenção, um aparte, naquele momento, o Deputado Ângelo Vanhoni que, como eu, tem a honra de ter tido votos no Município de Paranaguá, município pelo qual temos o maior carinho, o maior desejo de que, efetivamente, a cada dia, mais lá se faça. Mas não poderia deixar de trazer a esta tribuna o fato de que Paranaguá em momento algum foi discriminado. Diga-se de passagem foi essencialmente beneficiado no Governo Jaime Lerner.

O ISS do Porto de Paranaguá, talvez o maior ISS daquela região do que muitos ISS repassados por várias empresas do Estado do Paraná, só passou a ser repassado à Prefeitura Municipal de Paranaguá durante o Governo Jaime Lerner. Isso tem que ficar claro, isso tem que ficar de forma muito firme para todos aqueles que pensam que apenas por não termos prefeitos que porventura tenham apoiado o Governador Jaime Lerner, estes municípios não tenham tido os mesmos benefícios que os outros.

Vejam os senhores: falou-se também que na área do ensino nada ou pouco foi feito. Tivemos, lá, aplicados para a ampliação dos estabelecimentos de ensino daquela localidade, 213 mil 766 reais e 83 centavos. Quero ressaltar, ainda, que o colégio que hoje se encontra em bastante dificuldade e pela qual temos procurado lutar para que, efetivamente, possamos ali aplicar os recursos do PROEM, não foi

feito anteriormente por motivo único de que o imóvel onde se localiza o dito colégio, era imóvel da municipalidade.

Vejam ainda os senhores: melhoria da rede elétrica urbana e construção de subestação e de linhas de transmissão no Município de Paranaguá, atendendo a nossa Ilha do Mel, atendendo a Ilha de Cotinga mais de 5 milhões de reais aí aplicados. Classificação através da Claspas. Lá foram aplicados mais de 2 milhões de reais. E assim por diante. Temos, então, uma totalização para aquele município durante os anos de gestão do Governador Jaime Lerner, de 140 milhões de reais lá aplicados. Naturalmente que queremos mais. Eu, o Deputado Nelson Justus, o Deputado Algaci Tulio, o Deputado Takayama à solicitação do Deputado Ângelo Vanhoni nos somamos a ele que quer mais para o Município de Paranaguá, berço da civilização do nosso Paraná. Todos nós queremos mais para os municípios que aqui representamos. Acho que é este o nosso papel, Deputado Augustinho Zucchi. E nós estejamos, aqui, permanentemente reivindicando. Acho, como disse bem ontem o Deputado Carli, desta tribuna, que esta é a nossa missão, que este é o nosso dever. Só não podemos ser ingratos, só não podemos compactuar com aqueles que mesmo recebendo os benefícios fazem questão de dizer que não os estão recebendo, ou fazem o papel de vítimas, quando lhes é conveniente para mascarar a sua incapacidade dizendo que não tem apoio, que não tem ajuda. Muito pelo contrário, o Governador Jaime Lerner tem apoiado através dos Deputados da Assembléia Legislativa permanentemente o nosso município de Paranaguá, está lá toda remodelação do Porto, está lá o que acontece com o Porto de Paranaguá hoje, está lá o repasse do ISS, que não era feito em nenhum governo anterior para aquela municipalidade. Só isto significa praticamente o pagamento de toda a folha do funcionalismo do município.

Então, não podemos dizer, Deputado Vanhoni, como disse V. Exa. ontem que o Município de Paranaguá esteja sendo discriminado, muito pelo contrário, nós queremos mais, mas não podemos deixar de agradecer o muito que já temos tido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou falar pausado porque estou com início de pneumonia, e lamentavelmente não era nem para estar no plenário por causa do ar condicionado, gos-

taria até que o Presidente mandasse desligar porque senão não vou sarar nunca na vida.

Senhores! O Secretário Giovani Gionédis começou uma campanha em todo o Estado do Paraná, e me revolta Deputado Moysés, Deputado Takayama, Deputado Plauto, líder do meu Partido. Quando você chega num restaurante, janta, seja Londrina, em Curitiba, em Cascavel, em Guaraçuva, em Paranaguá, qualquer cidade, Cianorte e Arapongas, terra do meu querido Valdir. Às vezes você chega, janta, dificilmente eles te oferecem uma nota fiscal, meu querido Deputado Ribas Carli.

O senhor sabe o que é sonegar uma nota fiscal? Sonegar é roubar, é meter a mão na merenda escolar dos nossos filhos, não do seu filho, do meu filho, não de nós deputados que temos as nossas profissões, e somos deputados a partir das duas da tarde por ideais, ideal de servir, que às vezes para ultrapassar esse concreto há uma dificuldade tremenda.

Então, fico pensando: porque sonegar a merenda escolar dos nossos filhos, porque sonegar o kit escolar dos nossos filhos. Não entendo o que passa nesse país, em 48 horas o Brasil perdeu mais de 3 bilhões de dólares, enquanto a saúde vai mal, a educação vai mal, a segurança vai mal, a habitação vai mal, o desemprego gera e grassa nesse país.

Deputado! Não entendo, em 48 horas, Deputado Fernando Ribas Carli, numa transação do Banco Central, apesar que ontem 2 mulheres deram uma aula na transmissão da TV Senado, fiquei até paralisado, aprendi a amar mais a mulher brasileira; aprendi a respeitar mais a mulher, porque eu nasci do ventre de uma mulher. Quantos homens ficam ali no blá, blá, duas mulheres foram ali e arrebentaram, falaram a verdade, sem medo de irem presas, esclareceram, deram a volta por cima e calaram a boca de toda a CPI. Agora, fico pensando na saúde do povo brasileiro. Estou doente, ontem, com o meu convênio eu passei o pão que o diabo amassou, não adianta ter convênio, não adianta até o particular, há uma má-disposição, Deputado Carli, de atender o ser humano, há uma falta de respeito com o ser humano. Eu via no hospital onde eu estava aquela fila de pessoas querendo fazer a quimioterapia, com câncer e aquilo ali, sei lá, dava uma revolta, eu não entendia. Enquanto se rouba bilhões para ajudar o tal de Banco Marca, que eu nunca ouvi falar na minha vida. Agora, Deputado Moysés, tem um banco aí que está envolvido com a COPEL, com a SANEPAR de Londrina, aliás com a SERCOPEL de Londrina. E realmente estou apavorado, eu não entendo o que acontece nesse País, realmente, não entendo o que acontece nesse País. E amanhã, graças a Deus, um Deputado que eu respeito muito, o Deputado Mercadante, gostaria tanto de conhecer este Deputado, confesso aos Senhores, eu acho ele

de uma lisura, de uma inteligência, se não me engano ele é economista, ele dá uma aula. Outro dia ele deu uma aula de economia no Programa Opinião Nacional, que me deixou assim um pouco boquiaberto e amanhã ele vai apresentar todos aqueles, Deputado Valdir Rossoni, que ganharam em menos de quarenta e oito horas, Deputado Valdir Rossoni, bilhões de dólares com a desvalorização do real. Não entendo, meu Deus do céu, confesso aos senhores que não entendo, não entendo do próprio real.

Agora, veja bem, não entendo como funciona essa engrenagem, como se ganha dinheiro, como se compra, como se vende, como se repassa, acho que é até pior do que o jogo do bicho; que o jogo do bicho, dizem, que tem uma hora que você tem que repassar para outro banqueiro mais forte para ele poder pagar o prêmio. Não entendo, confesso, Deputado Caíto Quintana, que eu não sei o que está acontecendo no nosso País. Realmente, é um desabafo, estou aqui apavorado, porque você vê a violência nas escolas, crianças, ontem uma criança pegou um revólver e matou a sobrinha; gangues invadindo as escolas; falta de segurança; falta de policiamento.

Ontem na capital um grupo de policiais deu 16 tiros num taxi, ao invés de pararem o taxi, se apresentarem como policiais, gostaria que a punição fosse que eles fossem para a Academia da Polícia Militar tomar uma aula de como ser policial. Então, você vê tanta desgraça que está acontecendo neste país, falta de merenda escolar nas escolas; falta de medicamento nos postos de saúde. Vi uma reportagem esses dias, em várias televisões, vi na Globo, na Bandeirantes, no SBT, no Jornal da CNT, no Opinião Nacional, pessoas procurando, senhoras de idade, procurando medicamentos, e o porteiro olhava a receita e mandava voltar no próximo mês. Estou com um senhor no meu gabinete, com uma bolsa de colostomia e tenho que comprar as bombas, as bolsas, etc e isto não é obrigação minha. Não fazemos assistência social aqui, fazemos ação social, todos os Deputados. Não tem um que não bata na porta dos seus gabinetes pedindo e até fico feliz porque amanhã o Secretário de Segurança vai lançar o "Projeto Cidadania" na Capital do Estado, onde teremos em todos os bairros da Capital e espero que isso atinja outros municípios do Paraná. todo o pobre vai ter direito a um advogado totalmente de graça e todo detento da penitenciária também vai ter um advogado totalmente de graça porque tem muitos que já cumpriram suas penas e não têm condições de contratar um advogado.

Então, o Secretário de Segurança lançará este "Projeto Cidadania" numa coligação com a Ordem dos Advogados do Brasil, com a Universidade, com

um grupo de pessoas que estão interessadas em lançar este projeto.

Mas, em compensação, de outro lado, em 48 horas ajudam dois bancos, deram não sei quantos bilhões de dólares para dois bancos e não temos dinheiro para resolver o problema da cólera em Paranaguá, Não temos dinheiro para resolver o problema da seca no nordeste nem a falta de medicamentos nos postos de saúde. Não temos para resolver o problema da segurança, para combate à toxicomania.

Há quatro anos estou fazendo um projeto criando... O Prefeito Rafael Greca fez a casa de Maria e hoje fui o único homem de televisão que apresentou um caso no programa de televisão.

Anteontem, um pai chegou em casa bêbado, porque o álcool, como a cocaína, destroem a família. O Maradona disse estes dias numa entrevista: "Quero viver, mas às vezes sinto vontade de morrer porque a cocaína quer me matar". Esta é a declaração de Maradona, ele às vezes não encontra uma luz no fim do túnel.

Sabe o que eu mostrei agora pouco no meu programa? O pai chegou alcoolizado neste final de semana e comeu o nariz da filha. Comeu 30% do nariz da filha! Ele espremeu o papagaio pensando que era limão! Entrou dentro de casa, arrancou um pedaço do braço da mulher e depois, quando a filha veio defender a mãe, deu uma mordida e arrancou 30% do nariz. Ela está internada no Hospital Santa Cruz, no Batel e o pai, que eu entrevistei, disse que não se lembrava de nada! Se fez de louco, mas dá uma nota de cem reais para ver se ele rasga, manda ele enfiar a cabeça dentro de uma patente e dar a descarga e vê se ele faz, manda ele pular de uma ponte, pular de um prédio de cinquenta andares para ver se ele pula!

Mas não, mordeu 50%, 30% do nariz vai ter que ser reconstruído por um cirurgião plástico. Quer dizer, o palhaço aqui, o laranjão, quatro anos eu e o Deputado Rosinha criamos um projeto aqui, eu fiz isso com a Deputada Irondi Pugliesi, Deputado Marcos, não é difícil, cada delegacia da mulher tínhamos que ter ao lado. Sabe o que é isso Deputado Marcos? Por exemplo, essa senhora está com medo de voltar para casa porque o marido vai matá-la. Então, o que acontece? Nesta casa do meu projeto tem um assistente social, tem uma psicóloga, tem uma advogada, então a família sai dali e vai para uma casa de assistência à mulher violentada, ali ela pode ficar uma semana, duas, até que o cidadão que cometeu essa arbitrariedade, essa estupidez, ele pague pelo menos seis meses de prisão, não precisa ficar na cadeia, cumprindo serviços à comunidade, aí ele retorna à casa, sai da casa de amparo à comunidade, aí ele retorna à casa, aí a família sai, deputado Zuk, sai e retorna à casa,

sai da casa de amparo à família violentada e retorna à sua residência. Sabe o que disseram para mim nesses três anos que eu fiz este projeto: “Não tem dinheiro”. Aqui nunca existe dinheiro para nada, para o pedágio existe, existe para banco, existe para roubar o dinheiro do povo em quarenta e oito horas em dólares, existe tudo.

Olha, tem hora que dá vontade de dar cabeçada na parede, você não entende mais nada do que está acontecendo neste País. Muito obrigado, é um desabafo. Queria ficar aqui o dia inteiro falando, me perdoem os líderes do PT que eu tanto respeito, mas eu sou muito radical, esse país ou você endireita ele na bala, ou endireita ele no voto. Aguarde e verás.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor Presidente e Nobres companheiros desta Casa, estamos acompanhando com muita atenção os depoimentos dos nossos nobres Pares, a fala do nosso companheiro Marcos Isfer, que com carinho e responsabilidade tem procurado defender os Municípios na qual ele tem representação. Como também nós ouvíamos a sua fala, concernente às dificuldades que o Município de Paranaguá vem atravessando, e reconhecemos como também um dos deputados mais votados da região, na qual temos portanto responsabilidade definida junto com Ângelo Vanhoni, Marcos Isfer, Algaci Tulio e o Doutor Nelson Justus, nós gostaríamos de lembrar que a nossa situação se torna um tanto delicada quando ao procurarmos defender o Município de Paranaguá também sabemos das críticas em que o nosso Governo é citado. E realmente nós concordamos com o Deputado Marcos Isfer que o Governo tem procurado aplicar recursos, não somente em Paranaguá, mas em todo o Estado. Mas eu gostaria de tecer aqui a defesa do nosso companheiro Mário Roque, entendendo o desespero, a preocupação de um Executivo ver o seu Município definhando diante das inúmeras dificuldades, e que na verdade o Governador Jaime Lerner não é culpado disso tudo, ela vem se desenvolvendo ao longo dos anos, e nós sabemos disso. Nós sabemos que as dificuldades que o Município de Paranaguá atravessa é histórica, é de longa data, e queremos aqui defender o Governador Jaime Lerner, reconhecendo as dificuldades que também o Estado atravessa mas que não tem deixado de atender o município.

Acontece que o município, sendo área de preservação ambiental, tem sofrido, através do Ministério Público, com promotores que não têm a devida sensibilidade de abrir áreas para a construção de

indústrias, para o desenvolvimento que o município merece sob a demagogia que algumas áreas daquela região precisam ser preservadas. Somos amplamente favoráveis à preservação do meio ambiente, somos amplamente favoráveis que haja o cuidado com o meio ambiente mas desde que venha em benefício da população. E lá em Paranaguá o que acontece é exatamente o contrário, por que existe ali algumas áreas de sítios arqueológicos, que se preserve esta área. Mas o que nós vemos e detectamos, no local, é que toda a região que eles pretendem preservar já está invadida por lixões, por pessoas que estão tirando areia, terra da região. Que preservação é essa, meus amigos?

Então estamos aqui entendendo amplamente o desespero, a agonia de um Prefeito que se vê de mãos atadas, que não consegue ver o desenvolvimento, que não consegue ver a sensibilidade para que nossas autoridades vejam o desenvolvimento de um município que cresce mas que, infelizmente, fica estrangulado por esta falta de sensibilidade deste Promotor.

Pedimos nesta hora então, a todos os Parlamentares, os companheiros, somando com aqueles que já nomeiei, para somarmos esforços para procurarmos, através desta Casa, que é o mecanismo mais correto e o fórum de desenvolvimento para o nosso Estado, para que nós possamos usar a nossa força também para dar esta amplitude e desenvolvimento para nossa cidade de Paranaguá que é o berço do Estado do Paraná.

Sabemos que o Governo tem procurado ajudar, reconhecemos e entendemos muito bem, meu caro Deputado Marcos Isfer, a agonia desse Prefeito.

O Sr. Marcos Isfer

V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Acontece que, quando fiz referência, foi justamente porque na Sessão de ontem alguém fez referência que o Município está sendo discriminado, abandonado. E, na verdade o município não está discriminado e nem abandonado, nós queremos é muito mais, como eu disse aí, para que isso possa acontecer.

Inclusive o Governador tem apoiado esta situação com relação ao pólo industrial, através do IAPA e somos testemunhas.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Somos testemunhas disso, exatamente. Inclusive estou na defesa da sua pessoa também, Marcos, reconhecendo, procurando inclusive acrescentar subsídios à sua fala. Porque precisamos somar esforços com todos os Parlamentares aqui, que são sensíveis ao desenvolvimento. E Paranaguá precisa

dessa amplitude, é uma cidade que, se nós não voltarmos os olhos para ela, os focos de doenças infectocontagiosas, além de outras, como a AIDS, poderão crescer, porque as pessoas que vivem do subemprego, já não existe como ampliar a indústria, dar desenvolvimento à cidade, acabam sofrendo. Com a agravante da vinda de marinheiros, em busca de lazer, de divertimento muitas vezes acabam contaminando as jovens menos esclarecidas na região.

Fica aqui, portanto, um apelo, já acrescentando à fala de outros companheiros que têm procurado defender Paranaguá e a qual nós nos somamos amplamente. Queremos pedir a todos os Srs. Deputados que olhem com mais atenção e que possamos encontrar aqui uma medida ou um esforço conjunto para procurar este mecanismo de saída para que o desenvolvimento de Paranaguá aconteça.

A outra razão que me traz aqui é com relação a Guaíra. Esta semana alguns grupos de pescadores de cascudos da região, que era fonte de lucro de muitas famílias daquela região, reclamavam a necessidade de serem ressarcidos, juntamente a Itaipu e ao DER, sobre os prejuízos que eles tiveram com relação a pesca.

Queremos informar que estamos atentos procurando atender as reivindicações da população daquela região, principalmente os pescadores, mas já estamos sabendo que existem pessoas mal intencionadas, querendo se infiltrar no grupo para trazer prejuízo à reivindicação justa dos pescadores, na qual estamos interferindo, e queremos que haja uma solução na situação. eles acabaram invadindo ali o pedágio da ponte do Paraná no Mato Grosso, e com isso vem trazendo prejuízos de arrecadação ao Estado. Mas estamos trabalhando no sentido de minimizar as dificuldades, intercedendo junto aos órgãos para que haja uma boa saída.

Agora, eu gostaria também de pedir a esta Casa, em função disso, porque nós percebemos que o Canal Extravisor da Represa de Itaipu, Senhor Presidente, não foi construído. E com isso vai se criar problemas de impacto ambiental muito grande, na qual poderá trazer prejuízos não somente aos pescadores mas a todo o nosso Estado e ao meio ambiente, de uma forma geral se isso não for feito com uma certa emergência. E gostaríamos de solicitar, através de um requerimento à Presidência e que todos os Deputados possam assinar, para que isso seja feito o mais rápido possível, porque através dos recursos recolhidos pelos lucros da Itaipu, possamos então construir esse canal extravisor onde os peixes possam emigrar, subindo o Rio Paraná, para que amanhã não soframos problemas irreversíveis para gerações futuras. Estamos atentos

e solicitamos aos nobres companheiros esta interferência.

Na questão da saúde, fazemos parte da Comissão da Saúde também. O Deputado Accorsi e eu estivemos observando algumas denúncias que foram feitas nesta Casa, sobre estoques de remédios que estavam sendo jogados por terem prazos de validade vencida. E percebemos, Senhor Presidente, nobres Deputados, que a culpa não é da Secretaria do Estado. O Relatório de solicitação que a Secretaria de Saúde e o Estado fizeram é um, e o que mandaram foi outro totalmente diferente com acréscimos absurdos. Por exemplo, gel para espermicida, que daria para ajudar no controle da natalidade por 100 anos, de toda a população da China. E isso não é culpa do nosso Estado nem da Secretaria do Estado aqui. Se algum erro está sendo cometido por órgãos que vem lá de cima, que isso seja apurado. Parece que já está sendo feito isso, com Deputados inclusive do Paraná. Mas que não se incute o erro, a falha à nossa Secretaria de Estado da Saúde, que tem procurado fazer um trabalho sério.

E visitamos a Secretaria em loco, com a Comissão, e o Deputado Luiz Accorsi - ao observar - tivemos acompanhando com fotografias, que a Secretaria, pelo contrário, tem feito um trabalho de relevância, que merece os nossos aplausos. Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Parlamentares. Num primeiro instante quero abordar um assunto que até me traz um constrangimento, pelo fato de que fui incentivador junto com o Deputado Anibal Khury, da criação do Município de Pontal do Paraná.

Foi este Parlamentar que trabalhando com grupos de lideranças dos balneários que compunham na época ainda, a parte de Paranaguá, trabalhamos em cima para escolhermos dentre esses elementos, aquele que poderia ser a pessoa indicada para subir na campanha de candidato a Prefeito, do futuro Município de Pontal do Paraná.

Criado o município fui à casa do cidadão Dr. Hélio G. Queiroz, pedindo a ele se não queria concorrer a Prefeitura de Pontal do Paraná. Claro que a princípio, no primeiro instante relutou. E a minha escolha ao Dr. Hélio, recaiu em função de ser ele um médico, ser uma pessoa ligada à Prefeitura de Curitiba, aposentado da mesma como médico da perícia médica. Uma pessoa que já vinha desenvolvendo um trabalho no litoral, no atendimento as camadas mais carentes. E sorte que ganhamos as

eleições com o Dr. Hélio, mas no andar da carruagem, infelizmente o Dr. Hélio deixou a desejar, deixou-se comandar ao invés de ser o comandante da Prefeitura.

Não teve muita sorte na escolha de seus auxiliares. Enfim, as coisas não me agradaram, até porque eu já não estava mais suportando ir na minha casa na praia de Leste, porque a população toda vinha fazer as reivindicações ao Deputado Algaci Tulio. Até mesmo no período em que me afastei dessa casa, e virei tão somente o vice-prefeito de Curitiba, até mesmo nessa época as cobranças continuaram. Ao ponto de quase no entendimento com a minha família, eu ia colocar a casa a venda por não estar suportando mais. Mas como fui o pai da criança juntamente com o Deputado Anibal Khury e os senhores que me ajudaram a criar aquele município, entendi que tinha também a responsabilidade e o dever de continuar lutando por aquele município. Esqueci a questão política com o Dr. Hélio, me separei da sua administração. Felizmente, porque se eu estou do lado dele, eu teria feito duzentos votos em Pontal do Paraná, e estando contra ele eu fiz oitocentos votos. Fui o mais votado em Pontal do Paraná. Porque dá a entender de que realmente a administração estava mesmo deixando a desejar.

Por esta razão, deixamos de ser companheiros de administração, sem porém, deixar de sermos companheiros amigos. Os fatos foram se sucedendo, muitas denúncias, vieram à tona. A insatisfação da população de Pontal do Paraná, pela atual administração. Muitos dizem até - se estava ruim com Paranaguá, ficou pior com Pontal do Paraná. Claro que a gente entende que muitas melhorias foram feitas, mas muito mais, até por ações do Governo do Estado, que investiu especialmente na questão da limpeza de canais, fazendo a devida drenagem e evitando enchentes que ocorriam a todo final de ano em todo o período de temporada. Mas da parte da administração municipal, infelizmente as coisas não aconteceram como a população esperava.

E recentemente as denúncias vieram, tenho certeza que chegaram até o Deputado Ricardo Chab no seu programa de rádio, tenho certeza que chegou ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, ao Deputado Carlos Simões, ao Deputado Luiz Carlos Martins. Mas muito especial a mim, pelo fato de ser totalmente identificado com o Município, estar semanalmente lá fazendo as minhas visitas e prestigiando o meu município.

Na semana passada na última quinta-feira, tivemos a entrada na Câmara Municipal de Pontal do Paraná, isto sem contar que no Tribunal de Contas, já existem cinco ou seis ações, envolvendo a

Prefeitura de Pontal do Paraná. Sem contar que no Tribunal de Justiça, segundo informações pelo menos dois processos existem contra a administração do Município de Pontal do Paraná. E nesta semana passada, os Senhores Luiz Carlos Veinhard, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, sob nº 9.359; o Sr. Ivan Sterbel, casado comerciante eleitor do Município de Pontal do Paraná, deram entrada através de seus advogados na Câmara Municipal de Pontal do Paraná, de uma denúncia por infrações político-administrativas, com pedido de cassação do Prefeito Municipal de Pontal do Paraná. Faço esse registro nesta Casa, até por um dever de ofício e para parabenizar a Câmara de Vereadores de Pontal do Paraná, que teve a coragem, que teve o discernimento e acima de tudo a responsabilidade para com as causas de Pontal do Paraná e receber esta denúncia por nove a zero, portanto, todos os vereadores, os nove Parlamentares votaram favorável a abertura de um processo de cassação do Prefeito, criando uma Comissão processante, formada por três vereadores que já começam a trabalhar em cima desse processo.

Não venho à tribuna para tripudiar em cima do Prefeito, mas fazer o registro que me cabe também como responsabilidade de ser o criador do Município de Pontal do Paraná.

Jornais também publicaram pedindo a cassação do Prefeito Elio Queiroz, o Jornal a Folha do Paraná, Folha de Londrina, estampou em matéria bastante grande: -"Também o Prefeito de Pontal do Paraná pode ser cassado."

Então trago esses detalhes à Casa, porque a Casa que também teve responsabilidade, e cada um dos pares que naquela ocasião me acompanharam, Deputado Orlando Pessuti, que tem propriedade lá em praia de Leste, também sabe. Sabe da deficiência da administração, também teve a responsabilidade de encaminhar conosco, aqui, desta votação pedindo a criação do Município Pontal do Paraná.

Então fica feito o registro aqui, gostaria de pedir ao Presidente para ocupar a partir deste momento a Liderança do PTB, para que eu possa conceder o aparte aos Senhores Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Não sei se Vossa Excelência sabe mas saiu um panfleto esses dias, no litoral dizendo que o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Alborghetti, o Deputado Cartário, o Deputado Luiz Carlos Martins, o Deputado Kielse, uma série de Deputados, éramos responsáveis pelo mar ter invadido e estar destruindo as calçadas. Somos responsáveis por tudo aquilo que está acontecendo no litoral.

Então, fui a televisão e perguntei se o senhor era Governador, se era Ministro, se o senhor tem dinheiro para levar para lá, se eu tenho, etc...

Então acho que Vossa Excelência que tem um programa de rádio bem o litoral. Seria importante, também, que Vossa Excelência, nesse programa que tenho oportunidade de ouvir de manhã, disse ao povo que mora no litoral e a maioria que tem propriedades, que moram aqui na capital, que nós Deputados não somos responsáveis de o mar estar invadindo e destruindo. Que somos responsáveis por ter colocado aquele Prefeito em Pontal do Paraná.

Falei que não. Que aprovamos um projeto criando o Pontal do Paraná e que Vossa Excelência conhecedor desse senhor, acreditava nele, e lamentavelmente, ele - falei isso - ele convaradamente lhe deu uma facada pelas costas, ele lhe traiu.

Mas, não traiu, até que Vossa Excelência fez uma excelente votação lá.

Só queria deixar registrado que não temos culpa se o mar está causando uma série de problemas no litoral do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Numa segunda etapa por conta da Liderança do PTB, Senhor Presidente, quero fazer aqui um comunicado à Casa, que ontem, reunimos no Plenarinho da Assembléia, quatro comissões, para tratar do projeto de lei, mensagem do Governador do Estado, que queria a Polícia Estadual, dos Recursos Hídricos. E contamos ontem no Plenarinho da Assembléia com a presença dos Deputados, Secretários de Estado Miguel Salomão e toda uma equipe de Técnicos.

FIEP

LUIZ GUILHERME PAULI - Coordenador do Conselho temático do meio ambiente.

ALBERTO PALOMAR FERNANDEZ - membro do Conselho

OCEPAR

NELSON COSTA - Gerente da OCEPAR

FAEP

Engenheiro LUIZ ANSELMO TOURINHO - Técnico do Dep. Econômico

FETAEP

MARILÉIA TONIETO - Agrônoma

JAIRO CORREIA DE ALMEIDA - Secretário Geral da FETAEP

ADEMIR MULLER

JACI VANZ BERN

SUDERHSA

IVO BERNARDO HAEISLER JR. - Diretor de Recursos Hídricos

ENÉAS

JOCELI (Consórcio SOGREAH/COBRAP)

SEMA

IVO HEISLER JUNIOR

SEPL

Secretário MIGUEL SALOMÃO - CONFIRMADO
VALDIR PAN

FRANCISCO LOBATO

SEAB

NORBERTO ORTIGUARA - Diretor Geral - CONFIRMADO

RICHARDSON - Diretor do DERAL

IAP

MÁRIO SÉRGIO RASERA - Coordenador do Centro de Estudos de Padrões Ambientais

LUCIANA SICUPIRA RODA - Técnica

COPEL

DRA. MARTA SUGAI

ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO PARANÁ

NESTOR BRAGAGNOLO - Presidente

DEPUTADOS PRESENTES:

ALGACI TULIO

ÂNGELO VANHONI

ADEMIR BIER

EDSON PRACZYK

EDSON STRAPASSON

DIVANIR BRAZ PALMA

NEIVO BERALDIN

IRINEU COLOMBO

ORLANDO PESSUTI

JOSÉ MARIA FERREIRA

EDGAR BUENO

ELIO RUSCH

também o Deputado Kielse, que apareceram para discutir esta Lei Estadual, que cria a Política de Recursos Hídricos.

Enfim quase todos os órgãos, todos participaram do debate que foi até uma espécie de Audiência Pública realizada ontem à tarde.

E aproveitamos e os Deputados também aproveitaram para dirimir algumas dúvidas em função de que a lei é bastante extensa, são 22 páginas desta mensagem governamental e é uma coisa nova que se aplica, é uma lei federal que já existe, que regulamenta o consumo de água, que regulamenta a política da água e que os Estados têm

também que se regulamentarem. O Paraná, infelizmente, ainda não o fez, muito embora 18 outros Estados já tenham a sua lei aprovada. Então a Assembléia está discutindo este projeto. E para que esta discussão seja bastante democrática, permitimos ontem e contamos com a colaboração dos Srs. Parlamentares, para que a gente pudesse discutir com os técnicos e tirar algumas dúvidas. O Deputado Orlando Pessuti questionou bastante, do Bloco Agropecuário. O Deputado Edgar Bueno também questionou bastante esta matéria. Portanto, tenho certeza, que, diante dos questionamentos feitos ontem, de alguma dúvida levantadas nós retardamos por mais uma semana a vinda deste projeto ao plenário desta Casa, dando oportunidade para que os órgãos como a FETAEP, como a OCEPAR, como a própria FIEP que também esteve representada pelo Dr. Luiz Guilherme Paulo, para que pudesse municiar, também, os próprios Parlamentares do seu conhecimento da matéria, também pudessem nos ajudar a melhorar o projeto, a encontrar o devido equilíbrio na formação deste projeto de lei.

Por isso trago as informações à Casa para que a Casa saiba que o projeto está sendo discutido não apenas no âmbito interno de uma Comissão, mas no âmbito de 4 Comissões reunidas ontem, no Plenário, com a presença de mais de 30 pessoas participando do Debate. O Deputado Edson Strapasson também esteve presente.

Concedo aparte ao Deputados Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno

Deputado Algaci Tulio, quero parabenizá-lo pelo encontro que o Senhor fez ontem e que foi aberto a todas as Comissões, que tem tudo a ver com a política estadual de recursos hídricos, porque deu oportunidade das pessoas realmente discutirem. Acho que avançou, onde houve uma discussão profunda com referência ao Projeto 255/98. Sabemos da importância do projeto e da urgência do projeto inclusive solicitada pelo próprio Governo do Estado do Paraná. Porém, nós achamos que essa discussão dever ser levada a sério e o mais importante, que não seja aprovado a toque de caixa. Porque é uma discussão importante e vai mudar a vida do povo do Paraná, principalmente na questão da área agrícola. Então muita coisa vai mudar na questão hídricos do Paraná.

Por isso até sugiro que o Senhor pudesse convocar uma audiência pública para dar oportunidade a toda sociedade que será atingida, para que a gente pudesse, então, fazer uma análise mais profunda dessa questão deste novo projeto. Ontem a gente ouviu muitas sugestões com referência ao projeto, inclusive de se usar água tratada os postos de gasolina, enfim, foram muitas as sugestões feitas ontem. A questão, também, do banco gestor dos

recurso deste projeto. Que seria dedicado ao Banco do Estado do Paraná que vai ser privatizado, são coisas a ser estudadas. Então são muitos assuntos que precisamos debater, aprofundar e envolver todos os Deputados desta Casa e inclusive a sociedade civil.

Por isso pedimos, então, muita prudência no andamento deste projeto para que a gente possa realmente apresentar um projeto que dê sustentação e que seja definitivo para a sociedade paranaense.

Obrigado.

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado pelo aparte Deputado Edgar Bueno. Concedo aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Algaci Túlio, na mesma linha do Deputado Edgar Bueno, quero cumprimentar Vossa Excelência por já ter relatado este Projeto na Comissão de Justiça e ser agora o Relator também na Comissão de Ecologia e Meio Ambiente. A reunião de ontem foi bastante oportuna porque os mais diferentes segmentos envolvidos na questão dos recursos hídricos do Estado do Paraná estiveram presentes. É lógico que se nós pudermos ampliar isso, como sugeri o Deputado Edgar Bueno, para uma audiência pública onde os usuários de modo geral possam também opinar, dar o seu parecer seria ideal.

Mas estamos, de certa forma, satisfeitos, com este encaminhamento que vem sendo dado, até porque, ontem, na reunião, acordou-se que teríamos pelo menos mais uma semana para que principalmente o setor produtivo rural, representado pela OCEPAR, representado pela FAEP e pela FETAEP, pudessem oferecer algumas sugestões de correção deste texto, de melhoria deste texto, de forma a assegurar e a garantir a isenção ou pelo menos a não cobrança nesta primeira fase, pelo uso da água por parte dos pequenos produtores rurais e até mesmo, por produtores rurais que se utilizam do processo de irrigação de suas lavouras.

Entendemos, e foi dito isso pelo próprio Secretário Miguel Salomão, que não tem mais sentido na conjuntura econômica e no momento que vivemos, continuarmos a taxar a produção, os bens de produção, a atividade produtiva.

O próprio governo federal e nós paranaenses enalteçemos essa medida, houve por bem desonerar a exportação de produtos primários e produtos semi-elaborados do ICMS e do IPI. É lógico que isso causou no primeiro momento um transtorno de arrecadação para o Estado, mas para o setor produtivo é fundamental que nós cada vez mais propiciemos a eles, produtores rurais, a desoneração

tributária, a desoneração de taxas, enfim de tudo aquilo que encarece cada vez mais a produção de alimentos. Implantar essa política de recursos hídricos é uma necessidade, é uma medida que vem de encontro a tudo aquilo que queremos de bom e de bem para nosso futuro. Se nós não preservarmos os nossos recursos hídricos, se não preservarmos o meio ambiente não conservarmos o meio ambiente em que vivemos, certamente no futuro não teremos nenhum ambiente para viver.

Recebemos, por exemplo nesse momento aqui em Plenário, o meu amigo Zaqueu, que é lá do bairro da Pindalvinha, em Ivaiporã, onde se faz toda a captação de água para abastecimento da minha cidade de Ivaiporã, e lá nós sabemos existir hoje uma série de problemas que acabam comprometendo a qualidade da água e fazendo com que a própria SANEPAR tenha que fazer pesados investimentos para tratar esta água que é consumida por aqueles que na cidade de Ivaiporã residem.

Então, é necessário que nós tenhamos sim implantado no Paraná uma política efetiva de recursos hídricos, de forma a nós protegermos os mananciais, de forma a nós protegermos os riachos, os córregos, os rios, e de forma que nós possamos ao proteger esses rios dar a água que nós utilizamos, seja para beber, seja para atividade agrícola, para atividade agropecuária, para atividade industrial, enfim para qualquer que seja a sua utilização, que nós possamos ao utilizar essa água, não estragá-la, não contaminá-la ao extremo não se poder dela mais fazer nenhum tipo de uso, e até porque nós sabemos, estudos já mostram que a água é um recurso finito, ela tem uma quantidade estabelecida, e que se não for preservada, se não for cuidada, um dia ela acaba e junto com ela, com o fim da água, acabaremos nós, as gerações que estão aqui na Terra.

Cumprimento Vossa Excelência, vamos aguardar mais esta semana, sugestões, e vamos continuar debatendo esse assunto e certamente votando para que se implante no Paraná uma verdadeira política de recursos hídricos.

O SR. ALGACI TULIO

Queria também dizer a importância, uma matéria realmente que apaixonou, porque é uma matéria de extraordinária importância porque ela trata do futuro de cada um de nós, e não podemos brincar com isso

Por isso que faço questão de cada vez mais valorizar a cada um dos Senhores Parlamentares nesse debate, porque ele realmente é importantíssimo, e talvez tenha a Assembleia Legislativa neste primeiro semestre, talvez a matéria mais importante para discutir. Talvez seja essa a matéria mais importante que está tramitando no Plenário,

nesse primeiro semestre, e a Assembleia precisa estar bem conscientizada da matéria.

Até vou sugerir a Secretaria de Planejamento, que após aprovada a matéria aqui, até porque teremos depois decretos, leis complementares em cima do projeto, essa situação toda, até estabelecer a questão de taxas, de discutir os comitês em cada microrregião, que os técnicos do governo, que sigam, que vão até essas microrregiões, fazer o debate, explicar ao pequeno agricultor ou ao grande agricultor, àquele que ainda não tem conhecimento do que está se aprovando, porque me lembro quando falava, há muito tempo atrás, quando ainda nem era político, falava assim: O Governo quer cobrar tudo, daqui a pouco vai cobrar até o ar que nós respiramos.

Olha, talvez a cobrança do ar não tenhamos, mas da água que estamos tomando nós pagamos. E para poder preservar inteira essa água, em abundância, ou, pelo menos, em condição normal para podermos consumir é necessário fazer uma política, sim, de cobrança. E o que é mais importante também destacar dentro do que dirimiu de dúvidas ontem, tudo o que se arrecadar numa micro bacia é devolvido para essa mesma micro bacia para investimentos, para campanhas de conscientização, de educação ambiental. Enfim, de todo esse fator gerenciador dessa questão da água.

Concedo um aparte ao Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira

Agradeço o aparte, Deputado Algaci Túlio. Parabeno-o pela iniciativa que teve ontem no Plenarinho, onde reuniu as Comissões de Meio Ambiente; Terras; Finanças; Agricultura e o Bloco Agropecuário. E, sobretudo, quando trata-se de um assunto de tão grande relevância, não só para esta Casa, mas, sobretudo, para a sociedade paranaense. E que nós temos certeza, e o linear do próximo Milênio, com certeza, vamos ter a água como um dos fatores econômicos de maior peso em qualquer discussão que tivermos a enfrentar. Aqui há uma questão que colocou o Deputado Orlando Pessuti e o Deputado Edgar Bueno que é no sentido de dar mais tempo, permitir que nós tenhamos mais tempo para discutir, porque ontem mesmo fui abordado na Comissão, que a França que já vem há mais de 20 anos praticando a política de bacias hidrográficas, até hoje não tem a sua implementação 100% executada. E nós que temos por prática sermos para implantar e às vezes não discutir profundamente as questões e daí criarmos uma barreira maior do que é o problema da sua implantação, é que se faz necessário a discussão, se faz necessário que leve até o pequeno proprietário no campo, porque teremos problemas, com certeza lá no campo na hora em que

tivermos que utilizar a água para uma piscicultura, da irrigação, a hora que tivermos que utilizar a água para os comitês. Como é que vão ser constituídos? Evidentemente que o Governo terá aí um grande parceiro que será a Secretaria de Agricultura que pode desempenhar um papel, extremamente, educativo nesta área. Mas, a Casa precisa colher mais informações, abrir-se mais para a sociedade para que conheçamos mais o que ela pensa e também para que nos possamos devolver para a sociedade o verdadeiro espírito da lei, que é positivo, que traz, com certeza, a redenção de parte da utilização do recurso público. Parabéns pela iniciativa de ontem e tenho certeza que tem se dedicado a esta questão, e ela merece toda a atenção de todos os Deputados, especialmente deste Deputado que lá quando Prefeito criou o consórcio da bacia do Rio Tibagi e congregou 42 municípios numa extensão de 550 quilômetros quadrados.

Parabéns e muito obrigado!

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado, Deputado José Maria Ferreira.

Concedo um aparte ao Deputado Ademir Bier.

O Sr. Ademir Bier

Gostaria de cumprimentá-lo pela reunião de ontem e dizer que, com toda a certeza, esse vai ser o projeto de maior importância nesse primeiro semestre na Assembléia, e a importância da participação de todos. E fiquei satisfeito ontem de ver lá o pessoal ligado à agricultura, porque vamos ter na frente, na hora da execução desse projeto de ter o apoio desse pessoal. Então, de repente uma semana a mais ou mais 15 dias era importante para discutir esse projeto, porque sentimos ontem que esse pessoal ligado à agricultura vai nos fornecer subsídio para de repente enriquecer esse projeto. Seria isso, muito obrigado!

O SR. ALGACI TULIO

Concedo um aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Algaci Tulio, quero me associar ao seu pronunciamento e também aproveitar a oportunidade para convidar todos os membros da Comissão, que foi criada para tratar dos mamanciais da Região Metropolitana, para que compareçam amanhã junto conosco lá na Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior, quando teremos uma audiência com o Secretário Ramiro, com relação a Universidade da Água. Vossa Excelência como Presidente da Comissão acolheu o Dr. Sérgio, o Dr.

Roberto e o Dr. Omar Sabag Filho, que estiveram aqui presentes na última quinta-feira, se não me falha a memória e eles, inclusive solicitaram para que eu fizesse um agradecimento público a V.Exa. e todos os membros da Comissão, porque acredito que é um projeto de extrema importância que está sendo desenvolvido por estes profissionais, é um projeto que não tem fins lucrativos mas que demonstra pessoas que tem espírito comunitário muito grande e uma visão muito grande. Sem dúvida nenhuma o problema da água será um dos maiores problemas que enfrentaremos no próximo milênio.

Aqui na Assembléia Legislativa temos um projeto de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que na minha avaliação é um dos projetos mais bem elaborados na preservação do meio ambiente, que é a lei dos royalties ecológicos, e, logicamente agora, com a lei dos recursos hídricos que V.Exa. fala neste momento, terá nosso total apoio.

Quero aproveitar para fazer uma sugestão para que tenhamos aqui na Casa uma Comissão permanente que trate dos recursos hídricos. Acho que este assunto vale a pena. É necessário que tenhamos uma Comissão que trate especificamente da água. O caso da Universidade da Água, a informação que tenho é que é a primeira Universidade da água do mundo, inclusive os membros que estão elaborando o estatuto estão recebendo correspondências do mundo inteiro dando apoio. Recursos internacionais estão sendo disponibilizados já para esta entidade que está apenas iniciando e acredito que ela inicia com a participação da Assembléia Legislativa, por isso peço a V.Exa. e demais membros da comissão que nos acompanhem amanhã junto ao Secretário Ramiro Wahrhaftig.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TULIO

Muito obrigado! Era isso que eu gostaria de colocar nesta tribuna hoje, para dar satisfação àqueles que não puderam comparecer à reunião de ontem e tomassem conhecimento que estamos discutindo o projeto.

Vou consultar a liderança do Governo porque sou apenas o relator da matéria e, se o líder do Governo, em contato com a Secretaria de Planejamento entender que possamos ter mais uma ou duas semanas, evidentemente não nos furtaremos a atender a este apelo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência cumprimenta V.Exa. pela maneira como vem conduzindo a Comissão, e, é daqueles que também pensa que esta matéria deva ser discutida exaustivamente dentro das comissões e de reuniões públicas até que venha a ser discutida

em plenário a fim de que se evite que tenhamos que retardar o período das votações dentro do Plenário.

Ainda inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, compareço ao Pequeno Expediente para fazer duas solicitações de providências ao Líder do Governo e ao Líder do Partido Trabalhista Brasileiro, Ademar Traiano.

O primeiro diz respeito aos recursos que deveriam ter sido repassados às APAES do Paraná. Mas uma vez encerramos o mês e o recurso para o pagamento dos professores, técnicos e funcionários de um modo geral, não chegou às APAES de todo o Paraná.

O recurso do mês de março era para ser repassado até o dia 05 de abril, chegou dia 17 ou 18 de abril, com mais de dez dias de atraso. Estamos agora já vencendo o mês de abril, hoje dia quatro, e nem notícias sequer temos da data provável de repasse dos recursos para a manutenção das APAES, fruto de convênios firmados entre as escolas mantenedoras e a Secretaria de Educação.

Então peço ao Deputado Valdir Rossoni que gestione junto às Secretarias da Fazenda e Educação para que o repasse ocorra o mais rápido possível porque não é justo que estes funcionários não recebam seus pagamentos.

Ao líder do PTB, Deputado Ademar Traiano, peço que nos dê ciência das providências que foram adotadas através do nobre líder, com referência ao convênio que deveria ser firmado entre a Secretaria da Educação e a Associação das Casas Familiares Rurais da Região Sul. Conforme dissemos semana passada, esta Associação está sem o convênio e portanto os trabalhadores das casas familiares rurais sem receber os seus salários desde mês de janeiro do corrente ano porque o Governo do Estado não repassa, ou melhor, não assina o convênio, não repassa os recursos, segundo disse o Deputado Ademar Traiano dependia de um posicionamento do Crafe, e esperamos que isso tenha acontecido.

Finalmente também dizer na mesma linha da questão das APAEs que está ocorrendo também atraso no repasse dos recursos oriundo da ex-LBA, e que hoje esses recursos são repassados via fundo do Conselho da Criança e do Adolescente, só lá no caso da APAE de Ivaiporã está sem receber o mês de dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril, e esse recurso é repassado através da Secretaria da Criança e da Família, conduzida pela Eminente Senhora Fani Lerner.

Finalmente três cobranças e dois agradecimentos ao primo do nosso Líder, Valdir Rossoni, ao Doutor Paulinho Dalmas. Nós aqui comparecemos diversas vezes pedindo a reconstrução, e se não

fosse possível a reconstrução que pelo menos fizesse uma operação tapa-buracos na rodovia Paripa-Reserva, Cândido de Abreu - Manoel Ribas, Nova Tebas, e também Rodovia Marilândia do Sul a Rio Bom. Pois bem, nesse final de semana por lá transitamos e constatamos que foram feitas as obiturações tapa-buracos necessário para que a gente pudesse trafegar com todo o desconforto evidentemente de uma rodovia toda remendada, mas com a certeza que não teria um buraco à frente que pudesse proporcionar um acidente. Então, meus agradecimentos ao Dr. Paulinho Dalmas por ter atendido o nosso pedido e promovido o tapa-buracos na rodovia Manoel Ribas, Cândido de Abreu, Reserva, Posto Paripa.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa anuncia com satisfação, a pedido do Deputado Ricardo Maia, a presença do ex-Presidente da Câmara de Maringá e atual Vereador, Uli-ses Maia.

Inscrito no Grande Expediente com a palavra o Deputado Luis Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Líder do Governo, Valdir Rossoni.

Quero nesse instante, Srs. Deputados, realmente abordar dois aspectos relacionados aos pedágios do Paraná. O primeiro deles é com referência ao pedágio dos carros, dos caminhões, enfim, dos bens móveis que transitam pelas nossas rodovias. Acompanhamos desde o início, desde a votação nesta Casa e sabíamos que uma das saídas para que o Governo tivesse a oportunidade da recuperação, da duplicação, enfim, da restauração, das estradas do Paraná seria as concessões que foram efetivadas. Sabíamos também de que esta concessão deveria ter um prazo que não foi ali o transcrito, desde o início não concordávamos, como não concordamos pelo prazo de vinte e quatro anos, um dos maiores prazos desse universo, para não dizer do País, de concessão de um contrato para beneficiar realmente a quem dele se faz uso.

Acompanhamos também, Senhor Presidente e Srs. Deputados, neste Plenário a presença do Secretário Henz Herwig, que aqui veio e falava na oportunidade, e ratificou no Plenarinho desta Casa de que sem dinheiro não se faz estrada. E argumentava ele que o Governo não teria, como não tem o dinheiro para fazer com que as estradas, as obras sejam concluídas e apresentadas ao povo do Paraná.

Mas nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, não concordamos com o que estão tentando fazer com o pedágio do nosso Paraná. Aquela Comissão, instituída, vem protelando num

sentido realmente gradativo, fazendo com que a doença dos 100% de aumento vá sendo assimilada pelo povo do Paraná. Acredito e tenho certeza que será o maior roubo, maior do que esse, do Banco Central, se essa Comissão opinar por 100% do aumento do pedágio do Paraná! Tenho certeza absoluta, que se o Paraná revogar os contratos feitos com as concessionárias, e instituir o pedágio para ele cobrar, através do DER, que tem uma equipe capacitada que tem técnicos operantes, que tem uma estrutura que montou todas as estradas onde está sendo cobrado o pedágio. Essas empresas que aí estão não fizeram um metro de estrada! O que é que elas fizeram? Capinaram, pintaram e taparam buraco!

As obras de arte, a construção da Rodovia do Café, o orgulho Paraná, os 50 anos do DER, permitem, Srs. Deputados que se o Governador tiver coragem para não sacrificar o povo do Paraná, não somente os caminhoneiros, que usam como meio de vida, nem tão somente os viajantes de laboratórios, de empresas, os representantes comerciais que usam as estradas como meio de sobrevivência e nem tão somente aquele paranaense, brasileiros e estrangeiros que transitam por elas. Se o Governador quiser e tiver vontade, ele revoga os contratos, porque é um absurdo implantar, no Paraná, 100% de aumento!

Vejam os senhores as obras efetivadas pelas concessionárias foi aquilo, já dito nesta tribuna, as praças de pedágio, que eles podem tirar e levar embora, fazemos outras! Mostrem que é a obra de interesse do povo do Paraná que foi construída por eles?

Peguem aqui, de Paranaguá, onde é o filé mignon, onde é a alma do anel de integração do Paraná, mostre o que fizeram na serra de Paranaguá? Quem é que fez? Tudo que existe lá foi o Governo do Estado, foi o DER, foi o povo do Paraná pagando, e eles estão cobrando!

Pegue a minha Ponta Grossa, esta RODO-NORTE que aí está, qual foi a obra que fizeram? Restauraram ali, em São Luiz do Purunã, um pedacinho daquela grande obra iniciada, feita, concluída pelos Governos do Estado. Andem nas suas regiões, vejam qual é a obra maior que existe, das concessionárias. A maior obra é a cobrança do pedágio!

O Governador, em boa hora, reduziu em 50% aquilo que era uma arbitrariedade apresentada pelo valor do pedágio. E eles entraram na Justiça e a Justiça realmente, até agora, não deu ganho de causa porque eles não têm ganho de causa na exploração do povo do Paraná!

Querem agora, Senhores Deputados, fazer com que a gente vá, gradativamente, sendo induzidos que: - se não tiver aumento não tem obra. Se

não tiver aumento não tem duplicação. Pois saiam eles dos trechos, saiam! O Governo vai duplicar, construir. Eles que tirem as obras que fizeram e vão embora. Acho, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que não vamos nos calar com o pedágio das estradas. E pasmem agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, além de matar o povo economicamente com o pedágio da estrada, querem fazer e aqui está transcrito o maior absurdo desta Nação. Aonde o Líder do Governo na tarde de ontem, já antecipava a posição clarividente do Senhor Governador, quando afirmava que isso aí não é admissível. Mas vou ler para os Senhores: "COPAGÁS admite que Gasoduto para Ponta Grossa poderá ficar inviável. Assinado há mais de um mês o contrato para a construção do ramal do gasoduto entre Campo Largo, Ponta Grossa, ainda não é o suficiente para que as obras comecem.

Embora estivessem previstos para que tão logo fosse oficializada a vinda desse ramal pela companhia Paranaense de gás, COPAGÁS, continuo no aguardo da licença ambiental e de outros impasses que acabaram por atrasar o processo de implantação e que estará sob a responsabilidade do consórcio Bueno Azevedo Travassos. De acordo com o diretor presidente da COPAGÁS, engenheiro Luiz Roberto Dantas Bruel, a maior preocupação continua sendo as negociações com o consórcio RODONORTE, referente a cessão da faixa de domínio das estradas que ligam Ponta Grossa a Campo Largo, para passagem de um duto de gás às margens da BR-376. Estamos ainda negociando os valores com a empresa, mas esta cobrança está elevando os custos e conseqüentemente vamos ter que repassar a diferença, embora tenhamos que continuar com um preço competitivo. Comenta Bruel que não quer e não prefere os valores propostos pela RODONORTE, para que não influencie nas decisões que serão tomadas.

O ramal do gasoduto que trará o gás para Ponta Grossa, tem o prazo final até outubro para conclusão dos testes iniciados, a sua operação em novembro. A obra física do ramal, segundo Bruel, é a tubulação de 25 polegadas de espessura, com capacidade para transportar diariamente 600 mil metros cúbicos de gás".

Quero, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizer que isto é um embrião. Campo Largo, Ponta Grossa, a pedido inicial da RODONORTE, era 800 mil reais de aluguel ao lado da estrada que é do Paraná e do povo. Só para assentar o tubo. As negociações baixaram para 400 mil reais, o gás a ser levado à minha cidade. Mas preste atenção, comitê da imprensa: se de nossa Campo Largo até Ponta Grossa, que vai ocupar 32 quilômetros tão somente da rodovia, 400 mil reais de aluguel. E de Ponta Grossa até Apucarana, de Apucarana a Maringá, de

Maringá a Londrina, de Londrina a Umuarama, de Umuarama a Cascavel e de Cascavel a Foz do Iguaçu, de Foz do Iguaçu a Araucária. Quantos quilômetros irão ser assentados, os dutos da Companhia Paranaense de Gás, se na minha cidade, 30 quilômetros é 400 mil reais/ano de aluguel?

Projetem o Paraná: quanto essas concessionárias vão roubar do povo do Paraná? Porque não vão prestar serviço nenhum. Nada, só vão emprestar o lado da rodovia. Quem vai assentar os canos é a Companhia Paranaense de Gás, através dos empreiteiros. Quem vai fazer a conservação é a COMPAGAS, e as concessionárias, com o que entram? Entram com o roubo contra o povo, onerando e aumentando o preço do gás. Isso está justo?

Quero, Senhores Deputados, Senhor Presidente, dizer que voltaremos a esta tribuna tantas quantas vezes forem necessárias. Não estamos contra o Governo do Paraná, sou a favor das boas ações do Governo, mas essa, Senhores Deputados - me desculpem - se o Governo endossar, sou contra o Governo, se o Governo permitir a cobrança de um pedágio sem vergonha do gás. Quem acompanha também o é. E estaremos em pé brigando, pelo povo do Paraná, para que leve gás a Ponta Grossa a Petra Parque, que vai ser inaugurada no próximo dia 9 com o Presidente da República. Para nossa Coimbra, para Kaiser, para nossas empresas, porque quem estiver do outro lado, não tem vergonha na cara, representa o poder que realmente corrompe aqueles que não têm caráter.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Zuk, quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz na tarde de hoje. E dizer que o posicionamento adotado por Vossa Excelência também é o posicionamento desse Parlamentar e da Bancada do PMDB e certamente de outros Parlamentares desta Casa.

Nós, ainda, alguns instantes atrás, quando oferecíamos um aparte ao Deputado Algaci Tulio, defendíamos uma ampla discussão no processo de implantação de recursos hídricos no Estado do Paraná, de modo que evitássemos uma vez mais a cobrança de impostos, a cobrança de taxas em cima dos bens de produção.

Certamente que neste caso específico, do gás que é levado a cidade de Ponta Grossa, embora ele possa ser tido como um componente energético, mas ele, em sendo um componente energético, ele entra justamente como um fator de produção das indústrias e das empresas instaladas na Cidade de Ponta Grossa. E nós, do PMDB, os Deputados do PT, mais o Deputado Edgar Bueno, o Deputado José Maria Ferreira, temos aqui, ao longo deste mandato e também do mandato anterior, sempre que possível e necessário, ocupado a tribuna da Assem-

bléia, para manifestar a nossa posição contrária desde o início do pedágio no Estado do Paraná.

Denunciamos a trama que foi a redução das alíquotas cobradas, do valor cobrado às vésperas da eleição e denunciamos também, e estamos quase todas as semanas ocupando a tribuna, para denunciar toda esta trama que está se fazendo no sentido de ajustar as tarifas de pedágio para valores superiores até 100%, como já foi anunciado pelos jornais do Paraná, de que alguns trechos poderá ser necessário um aumento de até 107%.

Por esta razão, Deputado Luiz Carlos Zuk e Senhores Deputados, que temos semanalmente conversado com Parlamentares dessa Casa, em especial aqueles que, em algum momento colocaram posicionamento de dúvida, em relação a essas empresas concessionárias, àquilo que elas vêm fazendo ou não vêm fazendo. É por isso que seguidamente temos conversado com essas pessoas, para que possamos dar sequência a essa nossa vontade, a vontade expressa já da tribuna pelo Deputado Péricles Mello, de que instalemos na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, uma Comissão parlamentar de Inquérito do Pedágio, das concessionárias, para que possamos realmente conhecer por dentro, conhecer todas as entranhas deste processo, do que foi a concessão das rodovias que integram o Anel Rodoviário do Estado do Paraná.

Cumprimento Vossa Excelência e peço a Vossa Excelência que seja mais um daqueles que já se somaram a nós nessa luta de busca incansável, e apoio para que possamos implantar a CPI do Pedágio, na Assembléia.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Ressaltamos que quando tivemos, ontem, o próprio Líder do Governo já antecipava, o que estamos realmente relatando ao Paraná, do que poderá ocorrer no futuro, ou seja realmente uma cascata da cobrança do pedágio do gás no nosso Estado.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Zuk, sou uma pessoa que gosta de encarar as questões com mais realismo. Vejo em posicionamentos de várias pessoas, de vários Parlamentares, posições que não consigo certamente decifrar essas entrelinhas dos seus posicionamentos.

Não quero aqui, de forma nenhuma fazer a defesa do aumento do pedágio, porque é o mesmo que você querer fazer aqui um posicionamento contra qualquer aumento de salário, seja ele de funcionário público ou de trabalhador das indústrias, de qualquer questão.

Mas veja o seguinte: quando vemos aqui o pronunciamento do Deputado Orlando Pessuti, - e ele sabe que tenho por ele uma estima e um respeito

muito grande - até pela experiência que ele tem nesta Casa. Ele pede transparência à questão do pedágio do Paraná.

Gostaria de deixar uma pergunta no ar, ao Deputado Orlando Pessuti. Ele sabe que há mais de um ano colocamos os documentos da concessão das rodovias à disposição do Deputado Péricles Mello e da Assembléia Legislativa. Encontra-se no prédio da Secretaria de Transportes numa sala, toda a documentação. Então esse discurso, que temos que estar por dentro, é assumir uma posição de quem não quis estudar os pormenores da concessão das rodovias do Paraná.

Para refrescar um pouquinho a memória, para não dizer que é só o Governador Jaime Lerner que está pedagiando as rodovias do seu Estado, quero lembrar alguns Deputados, que em todos os Estados brasileiros isso está acontecendo. Tive, há poucos dias, uma oportunidade de viajar para o Rio Grande do Sul, onde foi implantado o pedágio lá, por um Governador do PMDB. E daqui a pouco vou assistir nesta Casa, um pronunciamento de algum Deputado daqui, lamentando que o Estado do Rio Grande do Sul esteja perdendo a Ford, que o Brito levou. De repente, esquecendo as críticas que faz à industrialização do Paraná.

Quando vejo esta dupla posição, de pessoas pertencentes ao mesmo Partido, fico me perguntando se é mesmo esclarecimento que se procura. Porque se for esclarecimento, se for transparência, se for ter o conhecimento de todo o procedimento legal da questão das concessões das rodovias, quero dizer a todos os Deputados - e não cansarei de repetir - que os documentos se encontram à disposição de todos os Parlamentares e dos assessores, para estudar. Vamos esmiuçar esses documentos para ver se há irregularidades. Porque faz um ano que estou fazendo desafio que me tragam irregularidades para que eu possa ir ao Governador pedir uma medida e uma atitude em cima desta questão!

Agora, não posso, como Líder do Governo, aceitar que cada pronunciamento que se faz aqui na Casa, se alegue irregularidade quando se tem conhecimento que os documentos estão à disposição. Estou falando com conhecimento de causa, com estudos dos documentos por nós cedidos e que se encontram na Secretaria de Transportes, naturalmente eu me calaria e nem tomaria esse aparte.

Quero dizer para V.Exa., Deputado Zuk, compreendo a aflição de V.Exa. quanto à questão do aumento. Isso atinge a todos os paranaenses, aos brasileiros e a este cidadão que é Líder do Governo. Também sou um defensor do não aumento do pedágio. Agora, nós temos que trabalhar com a realidade. Temos que trabalhar com as condições que vivemos, as condições do Poder Público. Temos que

ver um todo da economia do Estado do Paraná. A concessão das rodovias está no bojo de um Projeto de Governo. Pode, sim, ser contestado um Projeto de Governo nosso, do Governador Jaime Lerner. A industrialização ela é contestada, ela é combatida, ela é criticada. Concorro com a Oposição que eles tenham direito de criticar, agora, o que não posso aceitar dentro do que eu penso politicamente, é que lá no Rio Grande do Sul a lei do PMDB é a mesma lei do Governador Jaime Lerner do PFL. E vi muitos peemedebistas daqui elogiando o Governador Brito. E quero dizer de que esse cidadão viajou nas rodovias pedagiadas do Rio Grande do Sul, pelo menos, 100% mais caro. Não quero entrar na questão, porque quem sou eu para analisar o Rio Grande do Sul. Mas quero deixar aqui um desafio como Líder do Governo.

Deputado Zuk, não contesto V.Exa. quanto a questão do aumento porque o aumento todo ele é indesejável. Seja o aumento do feijão, seja o aumento do fubá, seja o aumento da gasolina. A única coisa que é boa seria aumentar o salário, de todos! Esses dias ainda a Imprensa me perguntou sobre esta polêmica que está gerada aí sobre a questão dos Deputados, que, diga-se de passagem, estou tendo dificuldades em me comunicar com a imprensa para deixar o meu posicionamento claro. Agora, contra o aumento do pedágio todos nós somos, mas nós temos que trabalhar com a realidade.

Agora, o nosso papel aqui, principal, não é ser contra nem a favor. Claro que por questões programáticas ou ideológicas se pode ser contra. O nosso papel neste momento é encararmos a realidade, e a realidade é uma só. É as rodovias concessionadas, é as rodovias cobrando pedágio e a nossa obrigação é fiscalizar. Por isso, deixo, aqui, à disposição, a Secretaria dos Transportes, os técnicos da Secretaria de Transportes para qualquer esclarecimento para provarem e comprovarem de uma vez por todas, a transparência do procedimento da concessão das rodovias.

Quanto à questão do aumento do pedágio, nós deixaremos para um futuro próximo, porque nós estamos aqui trabalhando sob hipóteses e eu tenho muita dificuldade de trabalhar sob hipóteses. Que mesmo eu como Líder do Governo ainda não sei se terá aumento ou quanto será o aumento.

Agradeço o aparte e cumprimento V.Exa. pela ênfase que faz no seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do Líder do Governo e logo em seguida concedo os demais apartes. E queria solicitar à Mesa que esses apartes que foram concedidos fosse me dado um tempo um pouquinho maior de alguma liderança que não vai ser ocupada.

Concedo aparte ao Deputado José Maria Ferreira, agradecendo a participação do Líder do Governo que já antecipou a sua posição, que é contra realmente ao aumento que foi divulgado por parte da Imprensa de 100% na tarifa. Coisa que nós não concordamos. Como também o seu posicionamento contra o pedágio do gás, não só a Ponta Grossa mas a todo o Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Zuk, não foi o que eu disse a V.Exa. não citei números. Falei que nós, por princípio, somos todos contra qualquer aumento, não falei em números para que não faça uso desta posição que V.Exa. diz que eu teria dito e eu não disse isso. Nós somos, por princípio, contra qualquer aumento, desde o feijão até o pedágio.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

E não vou fazer cobrança de Vossa pessoa porque sabemos a sua posição que no futuro, realmente, por vontade não sua, poderá até mudar. Palavra ao Deputado José Maria Ferreira.

O Sr. José Maria Ferreira

Deputado Zuk, agradeço pela concessão do aparte. E a questão do pedágio, é uma questão extremamente discutida que a mais de anos ela está aqui, como disse o Deputado Valdir Rossoni, só o que questionamos é a forma da implantação, nós questionamos é como o Estado do Paraná, um ente público oferece em concessão, estradas construídas com recursos da sociedade, portanto patrimônio público, e que não preservou em nenhum momento a condição de amanhã usar as margens rodovia, para que pudessem implantar ali investimentos que fossem de interesse do nosso Estado.

Questionamos o valor exarcebado com que veio o Estado através das concessionárias cobrar o pedágio nas nossas estradas.

Esta questão é importante, e V.Exa. num dado simples fazia um cálculo de aproximadamente 2.700Km, que compõe o anel de integração do atual governo, e dos quais poderão no futuro uma parte já com previsão e outra com um sentido de ampliação, também demandar as margens das estradas para o gás. Se cada 30Km, nós cobrarmos ou formos cobrados 400 mil reais por ano, nós teremos uma receita acessória de 400 milhões de reais ao final do período de concessão. e tenho certeza, que esses cálculos não foram incluídos para efeito de encontrar o preço da tarifa do pedágio. Esta é a questão, não somos contrários ao pedágio, mas ao pedágio justo, ao pedágio que remunerasse, o Estado pela seção das estradas, como vai fazer São Paulo, São Paulo na Airton Senna, uma estrada construída com dinheiro

público, grande parte dela financiada junto a organismos internacionais, vai sim ser privatizada, mas vai ser transferida a dívida juntamente com projeto de planejamento e de execução, o custo deste projeto para as empresas concessionárias.

Então, vejamos nós a diferença, e é aí que eu quero chamar a Liderança do Governo que colocou que nós não iremos encontrar dificuldades, a questão da lisura da legalidade, mas vamos colocar o interesse público do Paraná nesta questão.

Ora, se amanhã, Londrina, Ponta Grossa, Apucarana, Maringá, Cornélio Procopio, Guaraçuva, não puderem contar com gás em função de um excedente de custo para sua colocação, evidentemente que o Estado do Paraná que será inviabilizado, Sr. Presidente, e daí o nosso protesto reduzido já foi reduzido em 50% a tarifa, e com certeza ela virá retornar aos índices anteriores, mas a cobrança do 2º pedágio para passar os investimentos da companhia de gás é um absurdo em nosso Estado.

Parabéns pelo seu pronunciamento e pela preocupação que está dedicando ao assunto.

O Sr. Ademir Bier

Gostaria de agradecer o aparte e dizer que eu fico muito à vontade em falar sobre o pedágio, até porque durante a campanha nós percorremos o oeste do Paraná inteiro levando essa preocupação da cobrança do pedágio, que na verdade, paga todos, não é quem usa, paga quem não usa, houve impacto muito grande na economia de todo o interior do Paraná.

Agora, o que eu estranho nesse fato todo é o pedágio do gás, quer dizer, não é possível que o governo que planeja, o governo que é exemplo de "governo" para este país, que planeja e que era sabedor da questão do gás, que não reservou para ela por questão da concorrência pública essa questão, que pode inviabilizar a economia do Estado.

Então, são essas questões que eu gostaria de colocar e aquilo que o nobre Deputado José Maria Ferreira colocou é a nossa linha de pensamento.

O Sr. Durval Amaral

V.Exa. faz um pronunciamento bastante eloquente nesta tarde, na tribuna da Assembléia Legislativa, fazendo várias ponderações sobre a concessão das rodovias do Estado do Paraná e inclusive também sobre uma prioridade de governo que é o gasoduto, que vai interligar através do anel de integração regiões produtivas do nosso Estado.

Mas, às vezes, como Parlamentar e como cidadão fico a me questionar: como conseguiria entender com muita facilidade se um Deputado Estadual em 1º mandato pudesse ir à tribuna e

questionar com muita veemência a Lei de Concessões que permitiu, efetivamente, o pedágio das nossas estradas, até porque esses colegas de 1º mandato não estavam aqui quando aprovamos, eu, o senhor, todos nós que nos reelegemos, a Lei de Concessões do Deputado Neivo Beraldin. Então, por lei, expressamente, autorizamos o Governo do Estado a dar em concessão as rodovias do Estado do Paraná. Permitimos o pedagiamento das nossas rodovias. O ato bilateral firmado entre o Governo do Estado e as concessionárias, através de um contrato autorizado por lei, fez com que o Governo estabelecesse uma tarifa que, sem dúvida alguma, era uma tarifa, comparada com as tarifas de outros estados, bastante compatível com as praticadas no Brasil. Efetivamente, o Governo de uma maneira unilateral rescindiu, diminuiu, reduziu 50% o valor da tarifa, o que era uma ânsia da sociedade paranaense. Isso aconteceu e não se discute.

Muito bem, o próprio Governo do Rio Grande do Sul, que é agora um governo petista, reduziu as tarifas do Rio Grande do Sul, salvo engano, em torno de 20%, uma redução muito menor, inclusive, do que a praticada no Estado do Paraná.

Mas, o que quero questionar, nobre Deputado, é o seguinte: se aprovamos uma Lei de Concessão, não cabe agora, neste momento, a Assembléia Legislativa defender o aumento da tarifa do pedágio, ou até, cabe, sim, o questionamento, mas, não será através de Lei, não será por uma iniciativa do Poder Legislativo que nós teremos o realinhamento das tarifas de pedágio. Não podemos assumir esse ônus enquanto Poder Legislativo, porque isso dependerá, exclusivamente, da vontade de um ato discricionário do Governo do Estado, do Governador do Estado, do Governador Jaime Lerner que para isso está, efetivamente, se valendo de todos os argumentos necessários. Com relação a prioridade do Governo que é o gasoduto, isso é uma prioridade do Governo Jaime Lerner. Ontem o nosso Líder, no meu entendimento, praticamente, deu por encerrada essa questão quando disse que a Bancada Governista, quando disse que o Governo Jaime Lerner está preocupado, porque não podemos penalizar o desenvolvimento econômico de regiões tão produtivas, como é a Região dos Campos Gerais e como será também para nós a Região Norte do Paraná, como é o caso da Cidade de Maringá, da Cidade de Londrina que serão beneficiadas em um outro momento com o gasoduto Brasil-Bolívia.

Então, quer me parecer que essa posição muito bem colocada pelo Líder Valdir Rossoni e esse entendimento entre o Governo do Estado e as concessionárias para que possa passar o gasoduto sem que haja ônus para a COPAGÁS, isso será tran-

qüilo, será pacífico. quero acreditar piamente nessa questão.

E quero só para finalizar o meu aparte dizer o seguinte: sou Henrique Cardoso, apoiei o Fernando Henrique Cardoso na sua primeira eleição, na sua segunda eleição, e não existe em nenhum momento da história deste País um governo que tenha privatizado mais do que o Governo Fernando Henrique Cardoso. Aliás, a propósito, antes mesmo de estar concluída a duplicação da BR 101, o Ministro dos Transportes, que é Ministro do Presidente Fernando Henrique Cardoso, já veio aqui ao Paraná dizendo que mesmo sem a conclusão, já está sendo lançado edital para o pedagiamento das rodovias federais que estão sendo duplicadas e está sendo feito, inclusive esse Ministro era do PMDB, mas pertence ao Governo Fernando Henrique Cardoso, inclusive, isso está sendo feito com recursos do contribuinte brasileiro, de todos nós. Porque se o Governo Federal foi lá fora captar os recursos, quem vai pagar as contas somos todos nós. Como todos nós vamos pagar a conta também da duplicação das nossas rodovias. Porque esse é o anseio da sociedade. Aliás, a propósito, por isso mesmo foi eleito o Governador Jaime Lerner quando colocou a sua proposta de duplicação das rodovias e Anel de Integração, de um novo horizonte para a economia do Paraná com a atração de grandes indústrias e de grandes montadoras.

Então, quero agradecer ao Deputado Zuk que, efetivamente, faz um discurso eloqüente, mas não podemos nos esquecer de um passado recente onde eu o senhor e muitos outros Deputados, votamos a concessão das rodovias do Estado do Paraná.

Muito Obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

E votamos com a razão. Agora, estamos aperfeiçoando aquilo que precisa ser feito, estamos dizendo a V. Exa. que conto com o seu voto se, no dia de amanhã, este acordo de cavalheiros que o Governo do Estado quer fazer com as concessionárias de ignorar o contrato e não cobrar o gás, e amanhã a concessionária resolver cobrar o gás, queria contar o seu voto para tirarmos estas concessionárias do Paraná.

Concedo aparte ao Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Zuk, eu acompanhava o seu pronunciamento e a sua indignação. Imagine, V. Exa. como devem estar se sentindo os Deputados que representam as regiões centro-oeste e sudoeste do Paraná já que a imprensa tem noticiado que teríamos um aumento de 107% em alguns trechos e não há previsão nenhuma, nos próximos dez anos, de

termos aquela pista duplicada. Não haverão melhorias significativas e teríamos um aumento de 107%.

Quero me somar ao seu pronunciamento e dizer que infelizmente não votamos a questão da tarifa mas, se votássemos teriam o meu voto contrário, com certeza.

E, com relação à questão da cobrança do pedágio do gás, da concessão da faixa de domínio do DNER por parte da concessionária, logicamente isso é um absurdo e passamos batido quando votamos a Lei das concessões e quero aqui comungar com o pensamento do Deputado Durval Amaral mas temos que achar uma forma jurídica para que isso não ocorra porque além do gás é importante lembrar que todos os cabos de fibra óptica estão exatamente na faixa domínio de todo o anel de integração. Se esta moda pega e as concessionárias começarem a cobrar, a TELEPAR não vai poder fazer a manutenção dos cabos de fibra óptica sem que pague também o pedágio ou uma alíquota por utilização da faixa de domínio.

Então, este assunto é de extrema gravidade e quero aqui parabenizá-lo porque acredito que esta questão não tem partido político, não tem situação, nem oposição. É uma coisa extremamente preocupante, é um assunto que mexe com a estratégia do desenvolvimento do Estado do Paraná e que todos devemos somar, portanto quero publicamente me somar a seu pronunciamento.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço e concedo aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti

Deputado Zuk, retorno em vosso pronunciamento para contestar o que o Deputado Valdir Rossoni afirmou. Ele disse que não tem sentido nenhum os nossos argumentos porque deveríamos ir à Secretaria ler todos os documentos e quero dizer aqui que esta nossa vontade de implantar uma CPI é justamente fruto das leituras de documentos, dos depoimentos prestados nesta Casa por mais de uma vez pelo Secretário Heinz Herwig e é fruto das denúncias trazidas a nosso conhecimento pela imprensa escrita, rádio e televisão.

A mesma coisa está acontecendo em Brasília. Será que aquela CPI do FonteCidam e do Marca foi decidida antes que se lesse algum documento? Não! Foi depois do Deputado Aluísio Mercadante mostrar toda a problemática que envolveram aqueles dias de negociação da Bolsa de Mercadoria e Futuro, da Bolsa de Valores, do apoio do Banco Central. Foi após conhecer os documentos. E, conhecendo os documentos e ouvindo os pronunciamentos do Deputado Péricles, ouvindo o Secretário Heinz, ouvindo o que disse o Deputado Valdir

Pugliesi sobre um terreno de trinta mil m² adquiridos por quinhentos e vinte e quatro mil reais, que entendemos que esse processo de implantação do pedágio, então porque baixaram a tarifa, se estava certo porque baixou? Baixou porque estava errado, ou baixou para poder ganhar a eleição? Ele diz a respeito do Governador do Rio Grande do Sul, pelo menos, o Antonio Brito teve a dignidade de correr o risco, e correu, e perdeu as eleições, mas poderia quem sabe ele também ter reduzido em 50% o valor do pedágio e ter ganhado a eleição. Então, aqui no Paraná ou estava errado a implantação do pedágio, ou então foi uma manobra eleitoral. Então, porque baixou?

Outra coisa, o Deputado Durval Amaral disse que nós não podemos agora questionar isso ou aquilo porque nós votamos a lei das concessões. Votamos sim, o PMDB através do Deputado Romanelli, o PT através do Deputado Emerson Neroni, manifestou voto contrário àquele projeto, por que? A primeira votação no dia 14 de dezembro e a segunda no dia 21 de dezembro. No dia 14, penúltimo dia de período da Assembléia, no dia 20 ou 21 veio na forma de um substitutivo geral que sequer foi dado conhecimento ao Plenário, nós não tivemos tempo sequer de ler o substitutivo geral da lei, por isso naquela ocasião nós votamos contra. E mesmo que tivéssemos votado a favor eu não vejo nenhum mal você votar leis de concessões, afinal de contas é um artifício, é um instrumento de administração pública em seu relacionamento com a iniciativa privada, não tem nenhum bicho maior em votar uma lei de concessões. Agora, mesmo tendo votado a favor ou contra cabe sim a nós, Deputados Estaduais, fiscalizar a execução da lei, fiscalizar os atos do Governo, e pelas notícias do superfaturamento, pelas notícias de pedágio para o gás, pedágio para isso, para aquilo, cabe a nós sim, se entendermos necessário, solicitarmos a instalação de uma comissão porque aí a gente não pede documento, a gente exige, a gente busca documento, aí a gente não convida as pessoas para vir aqui falar, a gente convoca, e aí a verdade aparece, e tenho certeza que a verdade do pedágio e das concessões no Paraná vai deixar muita gente de cabelo arrepiado e outras, quem sabe, sem nenhum cabelo na cabeça.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Finalizando Senhor Presidente, agradecendo a Mesa Executiva pela extensão do tempo aos apartes que concedemos, queria, e não poderia de outra forma, terminar lendo o que o Presidente da Companhia Paranaense de Gás afirmou. "Antecipada em um ano através de uma campanha de adoção do empresariado local de Ponta Grossa, passado em parceria com o ilustre Prefeito daquela comunidade, Jocelito Canto, e o Secretário

de Indústria e Comércio, Lisboa, a Companhia Paranaense de Gás nessa primeira etapa virá até o distrito industrial de Ponta Grossa; e mais tarde, então com vastas possibilidades de estender ao Município de Carambeí para servir também a empresa Batávia.” Que agora na sexta-feira, Senhor Presidente, terá a presença do Sr. Governador do Estado, do Secretário Sierra, aonde vossa pessoa era Secretário, e viabilizou no seu tempo de Secretaria o estudo a Batávia, para fazer aquele seu adendo e aquela sua extensão para os abatedouros de perus que lá seriam efetivados, e outros órgãos que serão adendados naquele projeto vossa pessoa, Deputado Nelson Justus, analisado na Secretaria de Indústria e Comércio pelos técnicos aprovados, e que agora vai ser sancionado através de uma parceria feita com o governador e a Batávia, quero testemunhar de que esse gás além de Carambeí, irá se estender a todas as comunas do Paraná como descrevemos. E não seria nós, ilustres Deputados, que ficaríamos omissos, mesmo tendo votado a favor daquilo que era interesse do Estado que era a concessão das rodovias, e principalmente a condição maior de dar o desenvolvimento industrial desse Estado que iríamos nos calar quando vemos este episódio, isso que estão tentando fazer contra o povo do Paraná e contra a economia do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa concede a Vossa Excelência mais um minuto para que conclua. Vossa Excelência utilizou o Horário do Grande Expediente por 60 minutos.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, cedo o horário do PMDB, já que me excedi nos apartes.

O Sr. Ricardo Chab

Vossa Excelência me permite um aparte, rapidinho?

(Assentimento).

Só para me somar ao seu empenho, Deputado, porque acho de extrema importância que este assunto venha a ser discutido, aqui na Assembléia.

Não podemos, de jeito nenhum, conceber, admitir, que, de repente, para passar o gasoduto a população tenha que pagar. Ouvi atentamente os partes, ouvi José Maria Ferreira, ouvi o Deputado Cezar Silvestri e achei interessante. Quero até lançar uma idéia aqui, acho que por onde passar o gasoduto pode até cobrar, mas não pode cobrar o pedágio. Ou se cobra um ou se cobra o outro. Ou então vamos reduzir o preço do pedágio, vamos baixar ao invés de aumentar a tarifa do pedágio, desde que querem cobrar pela passagem do gasoduto.

Quero fazer mais um adendo aqui, o Deputado Durval Amaral falou que a maioria votou, é claro que a maioria votou tanto que as concessões das rodovias, o projeto da concessão foi aprovado, aqui em Plenário. Lembro bem que, no dia da votação, nominei o meu voto contrário e fiz uma breve explicação do ônus e bônus. E hoje, o que estou vendo aqui nos apartes é o seguinte: - que o Estado do Paraná, infelizmente, ficou com o ônus e o empresário ficou com o bônus das estradas. Por que? Porque as estradas que passam poucos carros, estradas que têm pouco movimento, a estrada da cidade onde eu nasci, Santa Isabel do Ivaí que liga a Loanda, lá no Noroeste do Estado do Paraná, do Deputado Luiz Acorsi, passa pouquíssimo carro, carroça e bicicleta e olha lá. Pergunto, quem é que cuida daquela rodovia? Quem cuida é o Governo do Estado. Enquanto que Maringá até Londrina, Curitiba, Apucarana é o empresário que cuida. Então, só para colocar esta questão do ônus e do bônus. Acho que faltou no projeto das concessões das rodovias alguma coisa que incluísse, naquela ocasião, não que eu seja contrário ao pedágio, pelo contrário mas faltou a inclusão, naquela ocasião que, de repente o empresário que pega Curitiba-Paranaguá, que o senhor citou, que o senhor fez a referência que Curitiba-Paranaguá seria a alma do anel de integração. Que quem cuidasse de Curitiba-Paranaguá fizesse o asfalto a Guaraqueçaba. Cuidasse da nossa estrada que vai a Cerro Azul, onde já vimos pontes construídas e o asfalto até hoje não chegou de Rio Branco do Sul a Cerro Azul. Então é esta a colocação que quero fazer.

Parabéns pela sua bandeira levantada aqui de defesa, acho que é assim mesmo que nós, do Parlamento, temos que proceder.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço a Mesa Executiva e mais uma vez obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Só para comunicar a Mesa e a Casa que está presente o Prefeito de 1º de Maio, Paulo Todero, que teve o município comemorando seu 48º aniversário no último dia 1º de maio. Junto com ele estão também os Vereadores, Eudes Campos e Jerobal Arruda. Gostaria que se registrasse.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni, no Horário do PTB.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Talvez este pronunciamento tivesse que ter até um melhor preparo, um melhor estudo para que eu pudesse fazer aqui um pronunciamento sobre a questão que vou aqui entrar. Vou procurar, Senhor Presidente, ser o mais claro, o mais brando possível. Mas quero que Deus me ilumine para que eu seja aqui pelo menos honesto nas minhas palavras. E que Deus me proteja.

Esta Casa aqui, e gostaria que se tiver Parlamentares nos Gabinetes, que descessem para que tivéssemos uma posição oficial nesta Casa, quanto ao episódio que vem acontecendo sobre a questão da compra de veículos, sobre a questão de aumento de salário de Deputados. Quanto a toda esta polêmica gerada nos meios de comunicação e nos meios da imprensa, tinha me atido a simplesmente conceder entrevistas, colocar a minha posição oficial sobre essa questão e sobre este episódio, mais chamo a atenção dos companheiros e dos Deputados.

Há duas matérias que hoje fazem parte dos jornais - várias matérias que fazem parte dos jornais, aonde traz o relato sobre essa questão. Primeiro, o editorial o "Estado do Paraná". Quero dizer aqui, nada pessoal contra qualquer órgão de imprensa. É um direito da imprensa de relatar. É o direito da imprensa em fazer comentários. E também sobre a outra matéria que diz aqui: "aumento de vida executiva da Assembléia".

Prezados companheiros, ilustres Parlamentares. Gostaria de deixar aqui algumas perguntas para os Deputados, para que se tornasse claro esta posição, como é que vem sendo conduzida esta questão. E precisamos da compreensão da imprensa, dos meios de comunicação, porque se não eles vão exterminar o Legislativo Estadual, e não vai sobrar pedra sobre pedra. E quando sabemos, que grande parte dos Deputados aqui não devem nada, são inocentes e são pessoas que não merecem as críticas que estão recebendo.

Quero aqui fazer a primeira pergunta, e gostaria, Senhor Presidente, de propôr a Vossa Excelência, que o Senhor fizesse uma visita ao Presidente Anibal Khury. E o Deputado Anibal Khury sabe o respeito que ele goza desta Casa, porque ele obteve 54 votos desta Casa, aonde emocionados todos choramos, porque prestamos ao Deputado Anibal Khury, uma homenagem votando unanimemente ao Deputado Anibal Khury.

Mas, chegou o momento, Senhor Presidente, ou o Deputado Anibal Khury defende esta Casa - e nós, dentro da nossa humildade, da nossa simplicidade e dentro do posto que exercemos, de Deputados representantes de uma região, temos que nos defender.

Todos sabemos, Deputado Hermas Brandão, que não existe divisão na Mesa Executiva. Se alguém é responsável pela compra de 54 Passats, não é o Deputado Edno Guimarães, nem o Deputado Algaci Túlio ou qualquer outro Deputado. Se alguém é responsável, se isso iria acontecer, não é o Deputado aqui. Por que eu, Senhores Deputados?

E tenho certeza que grande parte de Vossas Excelências nunca pediram para comprar Passat alemão, porque muitos de nós nem sabíamos que existe Passat alemão. E aí sai a manchete nos jornais: "Deputados comprem 54 passats". Ora, Senhores Deputados. E nós calamos, nós nos calamos, até por respeito. Aí vem um segundo momento: começa-se correr dentro desta Casa o famigerado aumento dos Deputados. Quando todos sabemos que não podemos ser aumentados porque somos regidos por uma lei maior. Não podemos receber mais do que 75% que os Deputados Federais assim recebem. E quando todos sabemos Deputado Caíto Quintana e Vossa Excelência é testemunha ocular, de que se forms comparar a Assembléia Legislativa do Paraná as outras Assembléias, a nossa deixa a desejar em muitos pontos. É isto que muitos Deputados estão defendendo. Este Deputado aqui em todos os momentos colocou-se sumariamente contra qualquer aumento, colocou-se sumariamente contra a compra do Passat Alemão. Mas não temos o mesmo poder para chegarmos nos meios de comunicação. Ou estou falando em língua extra terrena, ou estão querendo articular contra esta Casa. E cabe a Vossa Excelência a defesa desta Casa, a defesa desses Parlamentares. Gostaria que Vossas Excelências se ativessem ao Editorial do Estado do Paraná de hoje. Onde taxam 53 Deputados, quase que como marginais. Esses mesmos 53 Deputados, votaram em Anibal Khury, Nelson Justus, Hermas Brandão e Augustinho Zucchi, que é a Mesa Executiva dessa Casa e que tem a responsabilidade de fazer a defesa dessa Casa. Porque o silêncio desta Casa, é a covardia dos Senhores Deputados. É a nossa covardia, é a minha covardia. Não consigo mais ouvir rádio ou ler jornais. Não é possível Deputado José Maria, com a seriedade com que tratamos as questões dentro dessa Casa, às vezes até faltando com a humildade, sendo agressivo nas defesas das nossas posições, trabalhando nas Comissões, isso nunca jamais é ressaltado.

Outro dia eu disse para a imprensa - não adianta dar entrevistas para vocês. Porque se escarrarmos no chão é manchete dos jornais. Mas se limparmos o chão, jamais será visto por alguém.

Senhor Presidente Nelson Justus. Quando votei na Comissão Executiva dessa Mesa, votei convicto de que estava votando numa mesa que faria a defesa dessa Casa. Sempre foi a posição do Deputado Anibal Khury, não tinha me pronunciado

sobre essa questão, até pela interinidade de Vossa Excelência e pelas questões de saúde do nosso Presidente Anibal Khury, o qual desejamos recuperação imediata e que volte a esta Casa. Mas na ausência do Deputado Anibal Khury, cabe a Vossa Excelência Deputado Nelson Justus, cabe a Vossa Excelência Deputado Hermas Brandão e Deputado Augustinho Zucchi fazer a defesa desta Casa. Chegou-se o momento de que a Comissão Executiva dessa Casa tem que fazer uma visita aos meios de comunicação do Estado. Não como forma de ameaça, mas como forma de esclarecimento. Não como forma de quem não quer que a imprensa seja livre. Mas temos que lembrar que a liberdade de um, vai até o ponto onde começa a do outro.

Não é possível mais permanecermos calado, temerosos porque se abrímos a boca seremos certamente trucidados. Quero dizer aos senhores, talvez me arrependa do meu pronunciamento, talvez o arrependimento de hoje será o orgulho de amanhã, quando estiver distante dessa Casa. Mas quero ser sincero aos senhores. Essa orquestra que toca tão afinada contra essa Casa, algo tem que ser estudado!

Então Senhores Deputados, meus amigos Parlamentares. Não aguento, não posso permanecer calados. Estou fazendo esse pronunciamento por que vários Deputados, ao qual libero, talvez nem merecedor de exercer esta Liderança, me fizeram um pedido. Um Deputado chegou ao ponto de me dizer o seguinte: Não sabia que este Passat era alemão, pensei que era brasileiro.

Então vocês vejam o grau, que está chegando à questão. Então senhor presidente está aqui a questão, o Presidente Anibal Khury tem que ter conhecimento distante, pela voz do Presidente da Casa Nelson Justus, de que aqui não há divisão, aqui estão 54 pessoas que o respeitam o que votaram nele. Que o Deputado sabe que ele tem de nós respeito, e que o Deputado Anibal Khury se estiver recebendo notícias diferente do nosso pronunciamento aqui não são verdadeiras e, nós não podemos nos transformar de cobaias de uma situação que nós não criamos.

Prezados Deputados, na certeza Deputado Nelson Justus, que Vossa Excelência honrará este voto que lhe concedi. Vossa Excelência a pedido do Deputado Rossoni, fará uma visita ao Deputado Anibal Khury, e também, para nós formarmos uma Comissão aqui, para discutirmos: Como é que nós vamos fazer uma visita aos Meios de Comunicação para que nós nos transformemos em Deputados. Para que nós nos transformemos em verdadeiros representantes do povo, para que nós não fiquemos aqui como compradores de Passat. Como pessoas que querem aumentar salário num momento de dificuldade.

O que queremos simplesmente é a verdade. Simplesmente a verdade.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Deputado Valdir Rossoni, esta Casa com certeza, nesta tarde se rende e se curva a este extraordinário brilhante, magnífico e corajoso pronunciamento de Vossa Excelência. Esta tem sido no curso deste mandato e dos demais mandatos que Vossa Excelência exerceu a marca preponderante deste companheiro valoroso, determinado, arrojado. Desse companheiro que todos com certeza, aqueles que por dois mandatos com Vossa Excelência estiveram e os que nesse mandato se somam, sempre aprenderam a respeitá-lo pela sua lealdade.

Tenho certeza que este pronunciamento vai encontrar eco.

Esta Casa não pode e não poderá, com certeza, Srs. Parlamentares se curvar ante a esta orquestra, como Vossa Excelência falou de pessoas que estão procurando fazer com que aqui se pregue este divisionismo, que alguns querem que aconteça.

Quero dizer à Vossa Excelência, que sou parceiro me somo ao seu pronunciamento, e tenho certeza absoluta, que este eminente estadista, que o Paraná aprendeu a respeitar, também, pelas suas posições, pela sua história, pelos exemplos de vida que deu ao Paraná no mundo político, que é este eminente e brilhante Deputado e Presidente desta Casa, hoje licenciado, Deputado Anibal Khury. Não tenho dúvida que vai partir em defesa desta Casa, e vai ter a grandeza de saber compreender, que o seu pronunciamento, não é um fato, um ato isolado do Deputado Valdir Rossoni. É, com certeza, o coro de vozes e o pensamento, de todos os demais Parlamentares que neste momento se sentem feridos, que nesse momento se sentem machucados nos seus brios, porque no interior deste Estado por onde passamos, Deputado Valdir Rossoni, somos questionados e estamos sendo execrados pela Imprensa que neste momento nos critica por um ato e um crime que não cometemos. Como muito bem disse Vossa Excelência. Qualquer decisão que tenha que ser tomada de compra ou não de veículos, ela não passa pela vontade apenas do Parlamentar. Mas sim, pela Mesa Executiva. E a Mesa Executiva desta Casa, com certeza, se tomar qualquer decisão em qualquer sentido, terá o respaldo e o aval de todos os demais Parlamentares. Porque esta Assembléia não é apenas um nome, esta Assembléia é representada por 54 Parlamentares que se sentem feridos em seus brios e tenha a certeza de que, este pronunciamento, vai marcar época. E não tenha a menor dúvida de que, o Deputado Anibal Khury mesmo não estando presente atual Presidente

desta Casa e o Deputado Nelson Justus vice-Presidente, a Comissão Executiva vai fazer este contato e vai fazer com que tudo isto que vem acontecendo no Estado do Paraná através da mídia possa realmente ser sepultado e que estes que estão procurando tumultuar o processo e a vida da Assembleia Legislativa, realmente possam ser repudiados por todos os Parlamentares do Estado do Paraná.

Parabéns Deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência realmente, mais uma vez demonstra: a sua coragem, a sua determinação e, acima de tudo, a sua honradez para com aquilo que sempre fez pelo Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI

Estou com o tempo esgotado, acho que é uma questão importante. É importante que se diga de que nós estamos aqui fazendo este pedido, para que nós possamos, aqui, ter condições de continuar trabalhando. Porque se nós não fizermos algo, certamente, sem carro alemão, sem aumento, sem o número de carros que dizem que tem aqui alguns parlamentares, certamente o povo aí virá da rua para dentro deste Plenário nos tirar daqui a tapas, a pontapés sem nenhuma autoridade porque nós estamos perdendo.

É esta a minha preocupação. Esta é a minha posição. Trouxe este alerta porque, Sr. Presidente, não tinha lido o editorial do Estado do Paraná. Não tinha lido. Tenho certeza que os Senhores lendo vão ficar estarecidos. E espero que essa voz humilde, simples, seja ouvida e que nós possamos fazer um trabalho. Acredito que a verdade, Deputado Nelson Justus, sempre prospera. Ou hoje, ou amanhã, ou mais tarde ela vai prosperar. mas, não tenho dúvida, de que uma visita pelo Presidente desta Casa, da Executiva desta Casa acompanhada dos Líderes dos Partidos Políticos aos meios de comunicação ao qual nós devemos muito, mas que neste momento nós precisamos levar ao conhecimento dos meios de comunicação a pura e santa verdade, acho que não há mais tempo, não há mais como adiar. porque se não nós certamente não seremos perdoados pelos nossos eleitores.

Não concederei, Sr. Presidente, aparte, porque meu tempo está esgotado, é uma atitude antipática, mas acho que é uma questão tão grave que deve ser ocupado, aqui, pelas Lideranças dos seus partidos, se caso quiserem, e façam assim o uso do aparte porque esgotei meu tempo e não quero infringir o Regimento Interno e nem quero, como diz o caboclo, espichar essa questão. Porque acho que é um momento de esclarecimento e de posicionamento correto firme e chega de conversa.

Muito obrigado.

O SR. PPRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência entende perfeitamente o pronunciamento de Vossa Excelência, e quer uma vez mais esclarecer, que em momento algum concorda que haja qualquer tipo de divisionismo na Mesa Executiva, principalmente na interinidade em que ocupo esta presidência - e com muita honra.

Tenho tido e mantido um relacionamento - e nem poderia ser diferente - dos mais cordiais, dos mais estreitos e dos mais sérios com a 1ª e 2ª Secretarias. Portanto, não há divisionismo em hipótese alguma.

Também não posso esconder - como de fato não escondi em momento algum - que na interinidade da minha presidência, não seria de bom alvitre, principalmente conhecendo-me como me conheço, não seria de bom alvitre nesta interinidade, que esta presidência tomasse para si ou avocasse para si qualquer tipo de alteração a nível de estrutura nos nossos gabinetes.

Em momento algum escondi, e em momento algum deixei de concordar com aqueles que reclamam maiores condições para poder legislar e exercer a sua função, maiores condições de estruturas nos seus gabinetes.

Aliás, todas as entrevistas que dei e em todas as conversas que mantive, me posicionei favoravelmente a um estudo claro, às claras, com os técnicos e com aqueles de direito.

Em momento algum deixei escapar que esta decisão deveria ser tomada exclusivamente pela Mesa Executiva da Casa, e é evidente, o respeito que os Senhores Parlamentares têm para comigo, jamais trouxeram qualquer alteração a nível econômico e financeiro para esta Casa nesta interinidade em que ocupo este cargo. Não tive nem o prazer e muito menos o desprazer de gerenciar sobre esta questão. Tenho sim, o desprazer de acompanhar pela imprensa algumas notas que nos machucam.

Mas, em momento algum esta presidência teve a oportunidade ou a obrigatoriedade de tomar qualquer posicionamento que não fosse o de dar a sua opinião, e o de aguardar o retorno, para uma decisão definitiva, do Presidente desta Casa, a quem tenho muito orgulho de suceder.

No que diz respeito a uma resposta à imprensa, no que tange ao Editorial do "Estado do Paraná" - que confesso também tomei conhecimento há pouco - posso informar a Vossas Excelências que esta presidência, através de uma nota oficial, irá responder ao Editorial ao matutino que tanto conhecemos.

Dito isto, passo a continuidade do Horário das Lideranças, passando ao Partido do PDT.

Com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero cumprimentar o Deputado Valdir Rossoni, pela brilhante defesa que faz dos Senhores Parlamentares, e principalmente pela coragem. Os homens que têm coragem, muitas vezes, ao abrir os caminhos, pisam em espinhos perigosos, mas também só deixam rastros aqueles que, realmente, têm coragem.

Esta Casa deve ser transparente, Deputado Nelson Justus. Esta Casa não está aqui para esconder a sua realidade da população do Paraná. Por isso, sugiro que um documento, assinado por todas as lideranças desta Casa, possa chegar até os órgãos de imprensa do nosso Estado, para que tudo seja esclarecido.

Quando fui eleito Deputado, quando vim para cá, não foi para esconder o meu salário, não foi para camuflar, absolutamente, nada. Portanto, o que temos que fazer, é trabalhar com transparência para que não haja dúvida alguma com referência a desconfiança que hoje toda a sociedade tem com todos os políticos, porque muitas vezes as verdades são distorcidas.

Então, é preciso mesmo esta manifestação corajosa e os aplausos que recebe o Deputado Valdir Rossoni, porque todos temos que ter a coragem de nos posicionarmos. Não é possível que vamos ser escrachados todos os dias, quando a malandragem dos gastos públicos, principalmente na imprensa, estão escondidos. Não sei, Deputado Valdir Rossoni, se não precisamos apresentar um requerimento aqui para sabermos quanto este Governo do Estado do Paraná gasta com a imprensa, e se a imprensa, realmente, está descontente com o Governo do Estado, porque não paga as suas dívidas e suas contas, e descarrega nos mais fracos, naqueles que não têm poder de bancar a mídia, naqueles que não tem o poder de defender-se, porque não têm essa dita e bendita caneta na mão para gastar os recursos públicos em propaganda.

Então, meus caros Deputados, é necessário este posicionamento e a Bancada do PDT aqui se posiciona e também soma força com aqueles que querem transparência absoluta com o Poder Legislativo deste Estado.

Queria entrar na questão da CPI das Concessionárias, mas vou pular, queria questionar o PPB que fez uma propaganda veemente antes das eleições, fez muitos votos na simpatia da sua contrariedade aos custos do pedágio do Paraná, e por esta coerência que nos leva todos os dias a todos os caminhos, tenho a certeza de que se o Deputado Orlando Pessuti solicitar ao PPB para que assine a CPI, pelo seu posicionamento pré-eleitoral, tenho certeza absoluta que sobraram votos para que posamos montar a CPI do Pedágio.

Tenho um documento aqui, chamado Tribuna da Dívida Externa, veredito, porque faço um Requerimento em nome da Bancada do PDT, assinado pelos 03 Deputados, para que fique nos Anais desta Casa transcrito este posicionamento de várias entidades do Brasil que se reuniram do dia 26 a 28 de abril, no Rio de Janeiro, para formular esse documento à sociedade. Há poucos dias eu vi o Senador Roberto Requião, em Foz do Iguaçu, apresentar um documento extraordinário, meu caro Nereu Moura, lá estavam presentes o Deputado Baratter, o Vereador Severino Folador, e acompanharam um documento extraordinário, extraído de discussões das 10 milhões de cabeças pensantes deste País. E lá, ao expor esse documento sobre a dívida, sobre quem fez a dívida, sobre o porquê dessa dívida, o porquê do caos social do nosso País, quero confessar aos senhores que não mais do que 10% dos Vereadores entenderam o que o Senador estava dizendo e relatando. Por isso trago-o para esta Casa e divulgarei a introdução para que os Senhores saibam quem estava presente nesta discussão popular que mostra os caminhos do nosso País.

(Lê):

“TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA

Veredicto

O Tribunal da Dívida Externa reuniu-se nos dias 26 a 28 de abril de 1999, no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro, Brasil, no local onde foi enforcado Tiradentes, herói e mártir da independência, na presença e com a participação de mil e duzentas pessoas de diversas partes do Brasil e diversos países do mundo. Promovido pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e Cáritas, CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), CESE (Coordenadoria Eumênica de Serviços), CMP (Central de Movimentos Populares), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros), com o apoio do CORECON/RJ, SENGE/RJ, SINDECON/RJ, IERJ E PACS, o Tribunal teve como objetivos julgar o caso brasileiro da dívida externa dos países de baixa renda e mais endividados.

Por ser o Brasil um dos países com economia de renda média e considerado *emergente*, e por ser um dos países que tem um dos piores perfis de distribuição de renda do mundo, com um quarto de sua população - 40 milhões de pessoas - situadas abaixo da linha de pobreza, foi objetivo do Tribunal identificar a relação entre a dívida externa e esta situação de injustiça e miséria. Além de identificar os fatores que originam, constituem e agigantam a dívida externa, bem como os seus responsáveis, o

Tribunal visou definir políticas alternativas e estratégias para superar, de forma sustentável, a crise do endividamento externo e suas consequências sociais e ambientais.

Após conhecer amplo e múltiplo material documentado, ouvindo depoimentos e testemunhos de brasileiros e de especialistas de outros países, em quatro sessões - sobre o Sistema Financeiro Internacional; sobre o Endividamento Brasileiro; sobre Casos Exemplares de Endividamento de outros países; e sobre Perspectivas de Ação para enfrentar e superar a crise do endividamento brasileiro - o Tribunal da Dívida Externa, constituído por representantes de diversos setores da sociedade brasileira, chegou ao seguinte veredicto:

Considerando:

01. Que segundo os estudos e dados apresentados no Tribunal, a dívida dos países mais pobres e mais endividados já foi paga e, na forma contábil atual, é impagável;

02. Que a dívida brasileira, a partir da última renegociação há cinco anos, aumentou de US\$148 bilhões em fim de 1994 para US\$235 bilhões em novembro de 1998, e que no período foram pagos cerca de US\$126 bilhões aos credores externos, indicando uma velocidade insustentável de endividamento, ao ponto de quase todos os novos contratos estarem destinados ao serviço da própria dívida, configurando um círculo vicioso de endividamento;

03. Que a decisão unilateral dos EUA no fim dos anos 70 de aumentarem a taxa de juros do nível histórico de 4 a 6 por cento para mais de 20 por cento em poucos meses, significou uma traição da boa fé dos contratos e, além de ter forçado os países devedores a tomar empréstimos para pagar os juros, acarretou um pagamento extra que correspondeu à perda de US\$106 bilhões para a América Latina;

04. Que o fato dos credores imporem aos devedores uma taxa de risco para prevenir-se de uma possível incapacidade de pagamento dá a estes o direito de declararem-se insolventes sem ônus;

05. Que os governos identificados com grandes empresas e bancos endividados com o exterior têm praticado a estatização da dívida externa privada, socializando custos e comprometendo ainda mais os fundos públicos com o serviço da dívida externa;

06. Que empresas públicas estratégicas foram utilizadas como instrumento de sobre-endividamento, comprometendo sua saúde financeira e capacidade de investimento, servindo isto de pretexto para sua posterior privatização;

07. Que existe um vínculo explícito entre a dívida externa, o excessivo endividamento público interno, e a busca de capital externo de curto prazo,

submetendo o país a uma política de altíssimas taxas de juros;

08. Que o governo, por conceber o sistema financeiro como um absoluto e como um fim, sacrificou a parte do orçamento dedicada a despesas com políticas sociais e de dinamização da economia interna para manter em dia o pagamento das dívidas financeiras, tendo como resultado o abandono da saúde, da educação, das políticas de emprego, de moradia popular, de demarcação e garantia das terras indígenas e das suas condições de sobrevivência enquanto povos, de valorização dos idosos e das crianças, de realização da reforma agrária, de conservação e recuperação do meio ambiente;

09. Que as políticas econômicas e de ajustes do FMI têm se provado desastrosas para os países que a elas se submetem, e servem para aumentar ainda mais a dívida e os outros passivos externos desses países, constituindo uma moratória sem fim das dívidas sociais e ambientais, das quais os credores são as crianças, as mulheres e homens trabalhadores do campo e da cidade, os negros, os povos indígenas e a natureza;

10. Que os Estados Unidos manipulam a ONU, a OMC, o FMI, o Banco Mundial e a OTAN em função de suas estratégias de hegemonia e controle dos povos da terra;

11. Que o endividamento público brasileiro sempre favoreceu os interesses e privilégios das elites dominantes;

12. Que o excessivo endividamento brasileiro foi gerado sobretudo nas últimas três décadas, marcadas pelos 21 anos de ditadura, e por uma transição para governos civis que completaram a rendição conivente da política econômica ao capital financeiro;

13. Que este endividamento foi constituído por governos ditatoriais, e portanto ilegítimos e antipopulares, e que os credores desses governos, além de terem sido seus cúmplices, tinham consciência dos riscos que implicavam estes empréstimos;

14. Que a expansão da dívida está relacionada com as elites brasileiras que, em toda a história e atualmente, têm sido coniventes com as instituições financeiras do exterior, tanto privadas e oficiais quanto multilaterais;

15. Que a dívida externa constitui violação continuada do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, fixado pela ONU em 16 de dezembro de 1966, que exige o reconhecimento do direito de cada nação à autodeterminação, ao desenvolvimento econômico bem como à livre disposição de suas riquezas e recursos naturais, e ainda que, em caso algum poderá um povo ser privado dos seus próprios meios de subsistência.

OS INTEGRANTES DO TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA DECIDEM, POR UNANIMIDADE:

A dívida externa brasileira, por ter sido constituída fora dos marcos legais nacionais e internacionais, e sem consulta à sociedade, por ter favorecido quase exclusivamente as elites em detrimento da maioria da população, e por ferir a soberania nacional, é injusta e insustentável ética, jurídica e politicamente. Em termos substantivos ela já foi paga e persiste apenas como um mecanismo de submissão e escravização da sociedade ao poder financeiro da usura e da globalização do capital, e de transferência de riquezas para os credores. Por isso, este Tribunal condena o processo de endividamento brasileiro, que implica na subordinação aos interesses do capital financeiro internacional e dos países ricos, apoiados pelos organismos multilaterais, como iníquo e ilegítimo. Responsabiliza as elites dominantes pelo endividamento excessivo e por abdicarem de um projeto próprio de desenvolvimento para o Brasil. Responsabiliza os governos e políticos que apoiam e promovem o projeto de inserção subordinada do Brasil à economia globalizada. Responsabiliza os economistas, juristas, artistas e intelectuais que lhes dão embasamento técnico e ideológico. Responsabiliza a ditadura dos grandes meios de comunicação, que tentam legitimar a dívida e bloqueiam o debate sobre alternativas.

Decide ainda comunicar às autoridades legislativas, executivas e judiciárias, da União, Estados e Municípios, esta conclusão, para que a respeitem pela legitimidade da estrutura e função social deste Tribunal.

Assumindo a esperança presente nas lutas populares por alternativas de vida, de relações sociais e de organização da economia e da sociedade, o Tribunal propõe a todos os brasileiros e brasileiras os seguintes compromissos e estratégias de ação:

- Pela união de todos os povos em favor do cancelamento geral e irrestrito das dívidas externas dos países de baixa renda mais endividados, e devolução das riquezas que lhes foram pilhadas, sem imposição de outras condições senão a da aplicação dos recursos poupados no resgate das dívidas sociais sob o controle da própria sociedade e do pleno respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos.

- Pela auditoria da dívida pública externa e de todo o processo de endividamento brasileiro, com a participação ativa da sociedade civil, a fim de verificar contábil e juridicamente se ainda existe dívida a pagar, de quem ela deve ser cobrada, e de estabelecer normas democráticas de controle sobre o endividamento;

- Por uma moratória soberana, pelo rompimento do Acordo com o FMI e pela redefinição das

dívidas com base nos resultados da auditoria, e na afirmação da soberania nacional;

- Por uma política de desenvolvimento centrada nos direitos da pessoa e da sociedade, e apoiada principalmente nos recursos materiais e humanos do país, superando a lógica e a prática do endividamento irresponsável que vigora atualmente;

- Pelo firme controle do câmbio, que instrua o governo para frear a especulação e reestimular o investimento produtivo, incluindo mecanismos efetivos de controle, fiscalização de toda forma de entrada e saída ilegal de moedas (nacional e estrangeiras) e de mercadorias em geral;

- Pela renacionalização e democratização de empresas estratégicas;

- Pela renegociação das dívidas dos estados e municípios, vinculando os recursos poupados ao resgate das dívidas sociais e ambientais, e refundando o pacto federativo numa perspectiva democrática e participativa;

- Pelo reforço das mobilizações e campanhas como o ATTAC, que exigem o estabelecimento de mecanismos de regulamentação e de taxação da circulação do capital especulativo internacional, visando a criação de um fundo destinado ao resgate de vida digna dos mais empobrecidos;

- Pela participação da Campanha Jubileu 2000, do Conselho Mundial de Igrejas e de outras instituições nacionais e internacionais, numa mobilização que leve Estados democráticos a propor à Assembleia Geral da ONU uma ação junto ao Tribunal Internacional de Haia para julgar os processos que originaram e hipertrofiaram a dívida externa dos países empobrecidos e altamente endividados e os seus responsáveis;

O presente Tribunal é o marco simbólico de uma longa caminhada. Conclama por isso os brasileiros e brasileiras a participarem com esperança e destemor das iniciativas que dele irão brotar, e continuarem de pé, nas ruas e praças, até conseguirmos que o Brasil seja de verdade uma pátria para todos, e que todos tenham condições de vida digna e de plena realização da cidadania.

É nossa decisão. Publique-se e divulgue-se. É autorizada a subscrição somente por todas as mulheres e homens de bem.

Rio de Janeiro, Patíbulo de Tiradentes, 28 de abril de 1999”.

O documento será encaminhado a todos os Parlamentares desta Casa. É um documento muito importante para o esclarecimento e posicionamento desta Casa, dos brasileiros do nosso Estado. O nosso Estado não entra nas questões dos descaminhos nacionais. Não sei porque o Paraná está anestesiado. Ninguém entra, ninguém discute, ninguém

quer saber o que está acontecendo. Este documento será remetido a todos os Parlamentares já que aqui temos parlamentares de diversos partidos e é importante que se comece a resgatar a discussão do descaminho nacional, principalmente da dívida.

A dívida externa brasileira, que em 94 girava em torno de 140 bilhões, em apenas cinco anos passou a 235 bilhões de dólares. E, o Brasil, neste cinco anos, já pagou 126 bilhões a serviço dos juros.

Se formos fazer um levantamento, vamos ver que já pagamos a dívida externa e que todos estes Países contabilmente devedores ao FMI ou ao G7, com certeza esta dívida é impagável, e se é impagável, precisamos florescer uma discussão nacional para que o Brasil seja defendido deste neoliberalismo que tem prejudicado tanto o desenvolvimento nacional, tem trazido tantas tristezas, desgraças e injustiça social ao povo brasileiro.

Quarenta por cento dos brasileiros vivem abaixo da miserabilidade. Imaginem os desempregados com carteira, imaginem o que está acontecendo com o nosso País.

Então, vamos discutir tudo isso e quero agradecer ao Deputado Nelson Justus pela oportunidade e irei remeter este documento a todos os Parlamentares para que tomem conhecimento e busquem esta discussão que é importante para a vida e o futuro do povo brasileiro.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças: PL, PSDB, PMDB, PT, PFL, Liderança do Governo.

(Declinam)

Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 132/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 19, de 24.03.99)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 140/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Creche Novo Amparo, com sede e foro no Município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 20, de 05.04.99)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 146/99, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Escola Municipal Professora Elza Grassioto Caselli, com sede e foro Município de Paranavaí. **Aprovado. (D.A. nº 20, de 05.04.99)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 151/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Creche Semente da Paz, Associação dos Amigos da Criança, com sede e foro na Cidade de Londrina. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 21, de 06.04.99)**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 174/99, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação do Voluntário de Campo Magro, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 181/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação Rádio Comunitária Novo Dia, com sede e foro no Município de Faxinal. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

EMENDA. **Aprovada.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 184/99, de autoria do Deputado Aníbal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de Boa Vista, com sede no Município de Guamiranga e foro no Município de Imbituva. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Programa de Voluntariado Paranaense de Tomazina, com sede e foro no Município de Tomazina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 188/99, de autoria do Deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, com sede e foro no Município de Salgado Filho. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. EMENDA. Aprovada.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/99, de autoria do Deputado Algaci Tulio, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Palotina, com sede no Município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 196/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Kalorê. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 021/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que altera os dispositivos da Lei nº 5.579 de 03.07.67, que declarou de Utilidade Pública o Instituto Betânia de Assistência Social. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 06, de 24.02.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 021/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo alterar dispositivos da Lei nº 5.579 de 03.07.67, que declarou de Utilidade Pública o Instituto Betânia de Assistência Social.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 046/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Ribeirão Claro. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 02.03.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 046/99

P A R E C E R :

De autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, o Projeto de Lei nº 046/99, visa autorizar o chefe do Poder Executivo criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Ribeirão Claro.

Da análise do texto e sua fundamentação legal conclui-se que o mesmo não ofende os preceitos constitucionais e legais, já que precede a instalação de unidade administrativa através do recurso autorizatório, eliminando possível vício de origem legislativa.

É corrente a posição de doutrinadores que a Autorização para ação governamental própria seja possível, já que não demanda preceito impositivo direto. Assim não fosse tornar-se-ia ainda mais árdua a tarefa do legislador em contribuir no atendimento às demandas regionais junto ao Poder Executivo.

VOTO DO RELATOR

Do exposto, e do ponto de vista estritamente legal, nada há que se oponha à tramitação e aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
BETO RICHIA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 046/99

P A R E C E R :**Relatório**

De autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão o presente projeto de lei, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito, no Município de Ribeirão Claro.

Fundamentação

A proposta já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a se manifestar, esta Comissão de Segurança Pública, entende na necessidade da instalação da referida CIRETRAN no progressista Município de Ribeirão Claro, para que haja maior agilização na prestação de serviços por parte do Estado.

Conclusão

Sendo assim, emitimos nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição de Trânsito no Município de Ortigueira. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 02.03.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 047/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, visa autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Ortigueira.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 047/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão o presente projeto de lei, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito, no Município de Ortigueira.

Fundamentação

A proposta já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a se manifestar, esta Comissão de Segurança Pública, entende na necessidade da instalação da referida CIRETRAN no progressista Município de Ortigueira, para que haja maior

agilização na prestação de serviços por parte do Estado.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/99, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar a Circunscrição de Trânsito no Município de Siqueira Campos. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 09, de 02.03.99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 049/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, visa autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito no Município de Siqueira Campos.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 049/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão o presente projeto de lei, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito, no Município de Siqueira Campos.

Fundamentação

A proposta já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a se manifestar, esta Comissão de Segurança Pública, entende na necessidade da instalação da referida CIRETRAN no progressista Município de Siqueira Campos, tendo em vista o crescimento do município e o aumento contínuo da frota de veículos automotores naquela região do Estado.

Conclusão

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

EDSON STRAPASSON - Relator

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 617, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 762, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 765, de autoria do Senhor Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 766 a 768, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 769 e 770, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 771, de autoria dos Senhores Deputados Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk e Moysés Leônidas, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)**

Requerimento nº 772, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 773 a 777, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 778 e 782, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 783 e 794, de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 784 a 790, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 791, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Accorsi e Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)**

Requerimentos nºs 792, 797, 798 e 799, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 795, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata)**

Requerimento nº 800, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 801, de autoria do Senhor Deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 796, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, o Deputado Caíto Quintana apresentou um requerimento sobre o Banco Del Paraná e estou pedindo para que os Senhores Deputados aprovem, porque há necessidade e é desejo do Governo do Paraná de demonstrar a transparência com que será privatizado o BANESTADO.

Concordamos com o requerimento e peço aos Deputados que aprovem o mesmo.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, esse requerimento está há dias sendo postergado na Mesa para votação. E ante a manifestação do Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, não me cabe outra atitude a não ser parabenizá-lo, Deputado Valdir Rossoni, porque Vossa Excelência foi brilhante no dia de hoje, tanto na defesa que fez à atividade política do Deputado neste Parlamento, à defesa desta instituição como também, agora, quando demonstra a aquiescência da Bancada majoritária governista. Porque este Poder, que autorizou o saneamento e privatização do Estado do Paraná acompanhe também os lances finais deste acontecimento.

Quero cumprimentar Vossa Excelência porque exatamente com esta possibilidade de diálogo e entendimento entre situação e oposição, nós estaremos, todos juntos, defendendo uma causa maior, que é o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em votação.

Aprovado.

A Mesa registra, com satisfação, a presença do Vereador, Presidente da Câmara de Corbélia, Abel de Sá Almeida, como também do Vereador, Presidente do PFL de Corbélia, Isaías Soldatti, a pedido do Deputado Élio Rusch.

A Mesa registra também a presença dos Vereadores Gilmar Leonardo e Edson Soares, de Andirá.

Sejam bem-vindos à Casa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 014/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 159, 160, 161 e 164/99.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 181 e 188/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 021, 046, 047 e 049/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS EDGAR BUENO, LUIZ CARLOS ZUK E MOYSÉS LEÔNIDAS, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 1999.

“VEREDICTO”

Tribunal da Dívida Externa.

O Tribunal da Dívida Externa reuniu-se nos dias 26 a 28 de abril de 1999, no Teatro João Caetano no Rio de Janeiro, Brasil, no local onde foi enforcado Tiradentes, herói e mártir da independência, na presença e com a participação de mil e duzentas pessoas de diversas partes do Brasil e diversos países do Mundo. Promovido pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e Cáritas, CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços), CMP (Central de Movimentos Populares), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), e IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros), com o apoio do CORECON/RJ, SENGE/RJ, SINDECON/RJ, IERJ e PACS, o Tribunal teve como objetivo julgar o caso brasileiro da dívida externa dos países de baixa renda e mais endividados.

Por ser o Brasil um dos países com economia de renda média e considerado emergente, e por ser um dos países que tem um dos piores perfis de distribuição de renda do mundo, com um quarto de sua população 40 milhões de pessoas situadas abaixo da linha de pobreza, foi objetivo do Tribunal identificar a relação entre a dívida externa e esta situação de injustiça e miséria. Além de identificar os fatores que originam, constituem e agigantam a dívida externa, bem como os seus responsáveis, o Tribunal visou definir política alternativa e estratégica para superar, de forma sustentável, a crise do endividamento externo e suas consequências sociais e ambientais.

Após conhecer amplo e múltiplo material documentado, ouvindo depoimento e testemunhos de brasileiros e de especialistas de outros países, em quatro sessões sobre o Sistema Financeiro Internacional; sobre o Endividamento Brasileiro; sobre Casos Exemplares de Endividamento de outros países; e sobre Perspectivas de Ação para enfrentar e superar a crise do endividamento brasileiro o Tribunal da Dívida Externa, constituído por representantes de diversos setores da sociedade brasileira, chegou ao seguinte veredicto:

CONSIDERANDO:

01 - QUE segundo os estudos e dados apresentados no Tribunal, a dívida dos países mais pobres e mais endividados já foi paga e, na forma contábil atual, é impagável;

02 - QUE a dívida brasileira, a partir da última renegociação há cinco anos, aumentou de US\$148 bilhões em fim de 1994 para US\$235 bilhões em novembro de 1998, e que no período foram pagos cerca de US\$126 bilhões aos credores externos, indicando uma velocidade insustentável de endividamento, ao ponto de quase todos os novos contratos estarem destinados ao serviço da própria dívida, configurando um círculo vicioso de endividamento;

03 - QUE a decisão unilateral dos EUA no fim dos anos 70 de aumentarem a taxa de juros do nível histórico de 4 a 6 por cento para mais de 20 por cento em poucos meses, significou uma traição da boa fé dos contratos e, além de ter forçado os países devedores a tomar empréstimos para pagar os juros, acarretou um pagamento extra que correspondeu à perda de US\$106 bilhões para a América Latina;

04 - QUE o fato dos credores imporem aos devedores uma taxa de risco para prevenir-se de uma possível incapacidade de pagamento dá a estes o direito de declarar-se insolventes sem ônus;

05 - QUE governos identificados com grandes empresas e bancos endividados com o exterior têm praticado a estatização da dívida externa privada, socializando custos e comprometendo ainda mais os fundos públicos com o serviço da dívida externa;

06 - QUE empresas públicas estratégicas foram utilizadas como instrumentos de sobre-endividamento, comprometendo sua saúde financeira a capacidade de investimento, servindo isto de pretexto para sua posterior privatização;

07 - QUE existe um vínculo explícito entre a dívida externa, o excessivo endividamento público interno, e a busca de capital externo de curto prazo, submetendo o país a uma política de altíssimas taxas de juros;

08 - QUE o governo, por conhecer o sistema financeiro como um absoluto e como um fim, sacrificou a parte do orçamento dedicada a despesas com políticas sociais e de dinamização da economia

interna para manter em dia o pagamento das dívidas financeiras, tendo como resultado o abandono da saúde, da educação, das políticas de emprego, de moradia popular, de demarcação e garantia das terras indígenas e das suas condições de sobrevivência enquanto povos, de valorização dos idosos e das crianças, de realização da reforma agrária, de conservação e recuperação do meio ambiente;

09 - QUE as políticas econômicas e de ajustes do FMI têm se provado desastrosas para os países que a elas se submeterem, e servem para aumentar ainda mais a dívida e os outros passivos externos desses países, constituindo uma moratória sem fim das dívidas sociais e ambientais, das quais os credores são as crianças, as mulheres e homens trabalhadores do campo e da cidade, os negros, os povos indígenas e a natureza;

10 - QUE os Estados Unidos manipulam a ONU, a OMC, o FMI, o Banco Mundial e a OTAN em função de suas estratégias de hegemonia e controle dos povos da terra;

11 - QUE o endividamento público brasileiro sempre favoreceu os interesses e privilégios das elites dominantes;

12 - QUE o excessivo endividamento brasileiro foi gerado sobretudo nas últimas três décadas, marcadas pelos 21 anos de ditadura, e por uma transição para governos civis que completaram a rendição conivente da política econômica ao capital financeiro;

13 - QUE este endividamento foi constituído por governos ditatoriais, e portanto ilegítimos e antipopulares, e que os credores desses governos, além de terem sido seus cúmplices, tinham consciência dos ricos que implicavam estes empréstimos;

14 - QUE a expansão da dívida está relacionada com as elites brasileiras que, em toda a história e atualmente, têm sido coniventes com as instituições financeiras do exterior, tanto privadas e oficiais quanto multilaterais;

15 - Que a dívida externa constitui violação continuada do Pacto internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, fixado pela ONU em 16 de dezembro de 1966, que exige o reconhecimento do direito de cada nação à autodeterminação, ao desenvolvimento econômico bem como à livre disposição de suas riquezas e recursos naturais, e ainda que, em caso algum poderá um povo ser privado dos seus próprios meios de subsistência;

OS INTEGRANTES DO TRIBUNAL DA DÍVIDA EXTERNA DECIDEM, POR UNANIMIDADE:

A dívida externa brasileira, por ter sido constituída fora dos marcos legais nacionais e internacionais, e sem consulta à sociedade, por ter

favorecido quase exclusivamente as elites em detrimento da maioria da população, e por ferir a soberania nacional, é injusta e insustentável ética, jurídica e politicamente. E termos substantivos ela já foi paga e persiste apenas como um mecanismo de submissão e escravização da sociedade ao poder financeiro da usura e da globalização do capital, e de transferência de riquezas para os credores. Por isso, este Tribunal condena o processo de endividamento brasileiro, que implica na subordinação aos interesses do capital financeiro internacional e dos países ricos, apoiados pelos organismos multilaterais, como iníquo e ilegítimo. Responsabiliza as elites dominantes pelo endividamento excessivo e por abdicarem de um projeto próprio de desenvolvimento para o Brasil. Responsabiliza os governos e políticos que apóiam e promovem o projeto de inserção subordinada do Brasil à economia globalizada. Responsabiliza os economistas, juristas, artistas e intelectuais que lhes dão embasamento técnico e ideológico. responsabiliza a ditadura dos grandes meios de comunicação, que tentam legitimar a dívida e bloqueiam o debate sobre alternativas.

Decide ainda comunicar às autoridades legislativas, executivas e judiciárias, da União, Estados e Municípios, esta conclusão, para que a respeitem pela legitimidade da estrutura e função deste Tribunal.

Assumindo a esperança presente nas lutas populares por alternativas de vida, de relações sociais e de organização da economia e da sociedade, o Tribunal propõe a todos os brasileiros e brasileiras os seguintes compromissos e estratégias de ação:

- Pela união de todos os povos em favor do cancelamento geral e irrestrito das dívidas externas dos países de baixa renda mais endividados, e devolução das riquezas que lhes foram pilhadas, sem imposição de outras condições senão a da aplicação dos recursos poupados no resgate das dívidas sociais sob o controle da própria sociedade e do pleno respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos;

- Pela auditoria da dívida pública externa e de todo o processo de endividamento brasileiro, com a participação ativa da sociedade civil, a fim de verificar contábil e juridicamente se ainda existe dívida a pagar, de quem ela deve ser cobrada, e de estabelecer normas democráticas de controle sobre o endividamento;

- Por uma moratória soberana, pelo rompimento do Acordo com o FMI e pela redefinição das dívidas com base nos resultados da auditoria, e na afirmação da soberania nacional;

- Por uma política de desenvolvimento centrada nos direitos da pessoa e da sociedade, e apoiada principalmente nos recursos materiais, e humanos do país, superando a lógica e a prática do

endividamento irresponsável que vigora atualmente;

- Pelo firme controle do câmbio, que instrumental o governo para frear a especulação e reestimular o investimento produtivo, incluindo mecanismos efetivos de controle, fiscalização de toda forma de entrada e saída ilegal de moedas (nacionais e estrangeiras) e de mercadorias em geral;

- Pela renacionalização e democratização de empresas estratégicas;

- Pela renegociação das dívidas dos estados e municípios, vinculando os recursos poupados ao resgate das dívidas sociais e ambientais, e refundando o pacto federativo numa perspectiva democrática e participativa;

- Pelo reforço das mobilizações e campanhas como o ATTAC, que exigem o estabelecimento de mecanismos de regulação e de taxação da circulação do capital especulativo internacional, visando a criação de um fundo destinado ao resgate de vida digna dos mais empobrecidos;

- Pela participação da Campanha Jubileu 2000, do Conselho Mundial de Igrejas e de outras instituições nacionais e internacionais, numa mobilização que leve Estados democráticos a propor à Assembleia Geral da ONU uma ação junto ao Tribunal Internacional de Haia para julgar os processos que originaram a hipertrofiaram a dívida externa dos países empobrecidos e altamente endividados e os seus responsáveis;

O presente Tribunal é o marco simbólico de uma longa caminhada. Conclama por isso os brasileiros e brasileiras a participarem com esperança e destemor das iniciativas que dele irão brotar, e continuarem de pé, nas ruas e praças, até conseguirmos que o Brasil seja de verdade uma pátria para todos, e que todos tenham condições de vida digna e de plena realização da cidadania.

É a nossa decisão. Publique-se e divulgue-se. É autorizada a subscrição somente por todas as mulheres e homens de bem.

Rio de Janeiro, Patíbulo de Tiradentes,
28 de abril de 1999.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS LUIZ ACCORSI E HIDEKAZU TAKAYAMA, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE MAIO DE 1999.

“Fornecimento”

Antônio Carlos Lacerda.

O governo estadual admite que tem armazenados, muitos remédios. Toneladas de produtos adquiridos ou repassados pelo governo federal.

O Ministério da Saúde, que deveria ser o órgão controlador de medicamentos, na verdade é o principal suspeito do descontrole de gastos.

Os governos sabem bem quem fornece a mercadoria. O que não sabem, e nem querem saber, é quem irá consumir tais produtos.

Agora se descobriu que um gel espermicida, nas prateleiras, daria para regular a natalidade da China por uns cem anos. É muito gel. Isto prova que, neste negócio só quem ganha é o produtor e o fornecedor, com bons contatos na área de compra governamental.

Nada surpreendente. Rigorosos inquéritos, processos internos e tentativas para apurar responsabilidades, não resultam em nada, quando as faturas com super-faturamento já foram pagos pelos cofres públicos.

O remédio, mais aconselhável é destruir a mercadoria imprópria. Contabilizar o prejuízo.

Alguns anos atrás, no IPE, o superintendente Max Rosemann ordenou levantamento de estoque no almoxarifado. Medida séria e cumprida. No porão da instituição foram encontrados milhares de litros de tinta para almofada de carimbo. Toneladas de rolinhos, milhões de grampos e até umas dez mil vassouras, que poderiam ser utilizadas numa convenção internacional de bruxas.

Tudo aquilo foi comprado com dinheiro do contribuinte.

Alguém levou sua “comissão”, ajudou os fornecedores e a vida continuou sem remorsos.

O serviço público paga caro e às vezes, duplamente por serviços.

O vício é antigo. Pode parecer exagero mas dinheiro público nunca tem dono. É arrecadado para ser, em grande parte, roubado ou jogado fora....

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 04 DE MAIO DE 1999.

“Moção nº 004/99”

Câmara Municipal de Santa Helena

Os Vereadores que esta subscrevem, no uso das atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, vem respeitosamente propor Moção Contrária a extinção dos referidos fundos de Previdência, e o retorno ao regime do INSS, sem antes analisar a legalidade e constitucionalidade das Leis Federais que assim o determinam e, sem antes anal-

isar as reais vantagens/desvantagens que isso acarretará aos Municípios.

É o que propõe,

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1999.

(aa) Aloísio Querino Klering, Celso José Junges,

Dario Paulo Dresch, Elsa Celso,

José Altair Schimmelfennig,

Luisa Cordélia Soalheiro, Pedrolino M.Oliveira

Roland Ripp e Valdir Osório.

Todos os Edis

JUSTIFICATIVA:

Justificam os autores, que cientes do momento histórico por que passa a Previdência Municipal, seja em forma de Fundos Municipais ou através de suas Caixas de Assistência, diante da investida do Governo Federal, com a edição das sucessivas Leis flagrantemente inconstitucionais (Lei nº 9.506/98, da Lei 9.717/98 e Portaria nº 4.992/99, do Ministério da Previdência e Assistência Social), vem manifestar sua preocupação e inconformismo pelas razões seguintes:

I - A Constituição Federal de 1988 permitiu (Art. 149 e Parágrafo Único), que os Municípios instituíssem seus próprios fundos de previdência. Tal dispositivo continua em sua inteira vigência.

II - todavia, o Governo Federal, contrariando a faculdade constitucionalmente assegurada aos Municípios, vem, agora, exigir que os Municípios com menos de 1.000 (um mil) servidores (quase 95% deles), voltem a contribuir para o Instituto Nacional do Seguro Social, ferindo de morte aquele dispositivo, bem como fazendo tábua rasa da Autonomia Municipal, consagrada no Art. 18, da mesma Carta Magna:

III - O que se estranha é que a tramitação de tais Leis tenha sido feita na "surdina", sem que o Congresso, notadamente a Câmara dos Deputados e estes, pessoalmente, fizessem passar tais Projetos de Lei ao conhecimento dos Prefeitos e Câmaras Municipais para a colheita de eventuais sugestões.

IV - Com exceção de poucos Municípios, cujo percentual de desconto e contribuição própria aos seus respectivos fundos é baixa, a grande maioria amealhou, ao longo desses anos, considerável valor nos seus Fundos de Previdência, despertando a cobiça de alguns prefeitos que, esporadicamente começaram a extinguir seus Fundos, fazendo uso dos valores existentes mas, estranhamente, mantendo o sistema de aposentadoria pela imediata constituição de um novo Fundo, com o caixa "o" (zero), ao invés de retornarem facultativamente ao INSS:

V - De fato, facultativamente, os Municípios até que poderiam retornar ao regime de Previdência Oficial (INSS), porquanto o já mencionado Parágrafo Único do Art.149 da CF permite isso.

Jamais, porém, compulsoriamente, como quer o Governo Federal através das leis já faladas;

VI - Todavia, nem facultativamente, os Prefeitos que extinguíram seus fundos voltaram a contribuir para o INSS face ao encargo que isso representa. ora, se não conseguem dar aumento de 5%, 10% ou 15% aos seus servidores, como é que conseguiram contribuir ao INSS, em valores maiores do que contribuem aos seus Fundos de Previdência próprios?

VII - É pensamento da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, respaldada na experiência do passado e na análise dos aspectos legais da questão que, a extinção dos referidos fundos de Previdência e, nem assim, o retorno à contribuição ao INSS será um erro histórico inominável e imperdoável prejuízo aos servidores Municipais, sem embargos de enorme desvantagem para os Municípios.

VIII - Sem dúvida, apesar dos argumentos em contrário, o encontro de contas com o INSS, apesar das aposentadorias já concedidas aos servidores pelos Municípios, à conta do Fundo será desvantajoso para os Municípios, os quais, na pretensão do governo, poderão ter seu débito com a Previdência aumentado, com nefastos reflexos sobre a receita municipal.

IX - Assim, a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, através desta MOÇÃO, vem de se posicionar publicamente CONTRA a extinção dos referidos Fundos de Previdência e o retorno ao regime do INSS sem antes analisar a legalidade e constitucionalidade das Leis Federais que assim o determinam e, sem antes analisar as reais vantagens/desvantagens que isso acarretará aos Municípios;

Conclui a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Helena, pela necessidade de se encaminhar este posicionamento a todas as lideranças políticas do Oeste do Paraná, com assento na Câmara dos Deputados, mobilizando também, os Deputados Estaduais, a AMOP e AMP, a UVEPAR e outras entidades congêneres, inclusive o IBAM, o IMB (Instituto Municipalista Brasileiro), para que:

I - Primeiro se estabeleça a situação anterior, seja através de medidas legislativas através dos Deputados Federais, seja através de providência judicial com a declaração de inconstitucionalidade de tais Leis;

II - Segundo, que se adotem políticas de fortalecimento dos Fundos de Previdências Municipais, assim como se está fazendo no Governo do Estado, o qual tomou empréstimo federal, inclusive e, por último, que se busquem medidas para regulamentar as formas, casos, critérios e condições legais de empréstimos juntos aos Fundos Municipais, inclusive pelo próprio Município, mediante o estabeleci-

mento de mecanismos de garantias tais como
procuração para desconto no ICMS, etc...

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lido e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Marcos Isfer apresentou Redação Final para os Projetos de Lei nºs 02/99, 03/99, 45/99, 48/99, 72/99, 75/99 e 131/99. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Marcos Isfer apresentou Redação Final para os Projetos de Lei nºs 17/99, 43/99, 50/99, 65/99, 76/99, 117/99, 118/99, 121/99, 132/99, 140/99, 146/99 e 151/99, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, na sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo Senhor Deputado Edgar Bueno, mais a presença dos seguintes Deputados: Plauto Miró Guimarães, Ademir Bier, Divanir Braz Palma, José Maria Ferreira e Hermes Fonseca. Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente informa não haver expediente a ser lido, passando-se em seguida a Ordem do Dia. Projeto de Lei nº 092/99, de autoria do Deputado Beto Richa. Relator: Deputado Ademir Bier. Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar eu, Rubens Bremer secretário desta Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
Rubens Bremer - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA 6ª ATA ORDINÁRIA 27 DE ABRIL DE 1999

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Nereu Moura, José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Moysés Leônidas, Hermes Fonseca, Antonio Belinati, Carlos Simões, Beto Richa, Marcos Isfer, Serafina Carrilho, Durval Amaral, Hermes Fonseca, Algaci Túlio e mais os Deputados Orlando Pessuti, Chico Noroeste e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 191/99 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 196/99 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 174/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 129/99 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 185/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi -

APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 188/99 de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Waldyr Pugliesi, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 080/99 de autoria do Deputado Beto Richa. Concedidas e dá outras providências. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 124/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 059/99, de autoria do Deputado Péricles Holleben de Mello. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Belinati - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 01/99 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca. APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 020/98 de autoria do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado - APROVADO. 12) Projeto de Lei nº 255/98 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Algaci Túlio. APROVADO. 13) Projeto de Lei nº 107/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Hermes Fonseca e Pastor Edson Praczyk; 14) Projeto de Lei nº 108/99 de autoria do Deputado Irineu Colombo. O Deputado relator Pastor Edson Praczyk REQUER DILIGÊNCIA - DEFERIDO; 15) Projeto de Lei nº 142/99, de autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Moysés Leônidas na forma da emenda anexa. APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 181/99, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa. APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 176/99 de autoria dos Deputados Serafina Carrilho Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 184/99 de autoria do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 123/99 de autoria do Deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Beto Richa - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 147/99 de autoria do Deputado Antonio Carlos Baratter. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados José Maria Ferreira e Orlando Pessuti. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária da Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, sob a presidência do Deputado Irineu Mário Colombo. Havendo o número legal, Senhor Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para Ordem do Dia quando foram apreciados os Projetos de Lei nº 74/99 e 122/99, relator Deputado Cleiton Kielse, pareceres FAVORÁVEIS - APROVADOS. Atendendo o requerimento do Deputado Algaci Tulio, foi encaminhado à Alcyone Vasconcelos Saliba, expediente do Conselho Escolar do Colégio Estadual Paulo Leminski. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) IRINEU COLOMBO - Presidente
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de um mil, novecentos e noventa e nove, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Cesar Seleme. Havendo o número legal, Senhor Presidente abriu os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Marcos Isfer apresentou Redação Final aos Projetos de Lei nº 149/99, 152/99, 160/99, 161/99 e 164/99 que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Secretário